

ATA NÚMERO 13

SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DEZEMBRO DE 2019

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, pelas catorze horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Olívia Carvalho, **Abílio Sousa Pinto Neves**, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Oliveira, Fernando José Moura e Silva, **Paulo Barreira**, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Maia, Carlos Alberto da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Faltou
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
Lomba – José Sidónio Oliveira Pinto Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães
MANCELOS – Carlos César Carvalho

PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro, substituído por Manuel Gonçalves Miranda
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO
- Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães foi substituído por Fátima Elisabete Barbosa Mendes.
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Faltou
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: António Ferreira Soares Araújo, Ângelo Magalhães, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Teixeira Varejão Reis, Henrique Monteiro, António Silva, Rui Leite e Alfredo Carvalho.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos.

Os trabalhos continuaram com a análise e discussão da ata da reunião de vinte e sete de Setembro de 2019. Relativamente a esta ata, solicitaram correções os senhores: Estefânio Pinto e a senhora Vereadora Lucinda Fonseca. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a ata por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes deputados: Fernando José Moura e Silva, Vítor Rei, Dina Coelho e Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovada em Minuta por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

De seguida deu entrada na Mesa um **VOTO DE PROTESTO** que a seguir se transcreve na íntegra: “Realizou-se no dia 2 de dezembro de 2019, a reunião de líderes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Amarante, visando marcar o agendamento e a ordem de trabalhos da presente Assembleia.

Nessa reunião enquanto líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, sugeri que esta reunião fosse agendada para um dos sábados, do mês em curso, atendendo, quer à densidade dos temas a discutir, quer à disponibilidade dos Senhores membros e público em geral para poder participar na mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia, manteve a sua decisão da mesma ser realizada neste dia, pois tudo estaria salvaguardado pois os Srs. membros desta assembleia, recebem uma senha de presença e tem as faltas justificadas para poderem participar.

De resto, esta conduta tem-se manifestado ao longo deste mandato agendando as reuniões para dias e horas, que não são particularmente aliciantes para uma maior disponibilidade que o debate político exige, sendo que esta marcação deveria obedecer a uma abertura aos Grupos Municipais para em negociação se agendar as mesmas e não apenas à disponibilidade e/ou indisponibilidade do executivo camarário.

Nesse sentido proponho um voto de protesto, nos termos do artigo 25º do Regimento da Assembleia Municipal:

- 1) Manifestando total desagrado pela marcação da data e hora, a que se realiza esta Assembleia, que sendo em horário laboral condiciona a participação do público e o debate que se quer produtivo;
- 2) Repudiando a forma como se agendam as reuniões de assembleia, que apenas consagram a disponibilidade e interesse emanado pelo órgão executivo, subvertendo os papéis nesta relação e o estatuído no artigo 8º B e ponto 2 do Regimento.
- 3) Recomendando que as reuniões de Assembleia Municipal sejam agendadas para sábados tendo início no período da manhã”.

Depois de lido o voto de protesto, usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, que disse: “entendo isto como um voto de protesto à minha pessoa, e quero dizer ao senhor deputado Cândido Zoio que quem marca as Assembleia Municipais é o Presidente da Assembleia municipal e nunca vou abdicar disso. Aceito o seu voto de protesto, mas quero dizer-lhe que é assim que diz a lei. Nunca marquei as reuniões ao sabor do Executivo; antes pelo contrário. Quando é possível e necessário, o senhor sabe que já foram à sexta feita, já foram ao sábado e hoje estamos a realizá-la a uma quarta feira. O senhor está a propor que eu subverta uma posição que é minha, à negociação com os grupos parlamentares. De qualquer das maneiras aceito o seu protesto”.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO** que disse: o Regimento da Assembleia é claro sobre esta matéria. Quem agenda as reuniões da Assembleia Municipal é o senhor Presidente da Assembleia. Contudo, na altura da elaboração deste regimento, propusemos o artigo 8 a) e 8 b), que foram alterações ao Regimento anterior. Compete efetivamente ao senhor Presidente da Assembleia agendar as reuniões, mas ouvindo os Grupos Municipais. Nesta última conferência de líderes, quer eu, quer outros líderes, propusemos o agendamento para um sábado, porque tinhas três sábados disponíveis. O dia 14, o dia 21 e o dia 28. Lembro-lhe que o ano passado todo se fez para que a reunião fosse dia 27, quando nos termos da lei só podia ser 28 porque não cumpria os dez dias para envio da convocatória. Aliás, tiveram de ser requisitados os serviços administrativos para que se pudesse enviar os documentos ainda no ano civil em curso, para o Tribunal de contas e outros organismos. Se isto não é condição, ou condicionante para a atuação do senhor Presidente da Assembleia na marcação das reuniões dizendo que está disponível quando a Câmara estiver cá para poder participar, eu também sei que nós deputados devemos estar cá quando é marcada, mas também sei que isto é uma competência exclusiva da Assembleia Municipal ou do senhor Presidente, ouvindo os Grupos Parlamentares. Que eu saiba, nessa reunião de líderes pedimos que fosse agendada para um desses sábados”.

Usou de novo a palavra o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** que disse: “Quero esclarecer uma coisa que me parece muito importante. A Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador da Câmara Municipal, mas nunca será, enquanto eu cá estiver, um órgão de confronto com a Câmara Municipal. Não o foi no passado, quando o Pre-

sidente da Câmara era do PS, nem o será neste momento. Obviamente se a Câmara tiver dificuldades no agendamento e tivermos de agendar mais tarde para que alguns projetos possam andar para frente, eu não farei nada contra o Executivo camarário nem nada que cause prejuízo a Amarante. Dos deputados eleitos, só um é que está a faltar e por acaso nem é do PS. Estando todos, isto quer dizer alguma coisa. Claro que não vamos continuar a discutir isto, porque isto não tem discussão nenhuma”.

VITOR REI – PSD

No uso da palavra disse: “Antes de colocarmos à votação este Voto de Protesto, eu pedia ao Partido Socialista, uma vez que foi aqui levantada uma infração qualquer do Regimento, que venha aqui dizer qual é que foi a norma infringida porque eu não estou a ver onde vai encaixar este Voto de Protesto em termos regimentais. Deve ser anotado o voto, mas não estou a ver porque é que tem de ser votado. Não estamos com medo da votação, porque me parece bem claro qual vai ser o resultado da votação. De qualquer das formas continuo a não entender qual o fundamento legal para se votar este protesto”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “O que está aqui em causa, não é o estarmos a colocar em causa as competências do senhor Presidente da Assembleia na marcação das Assembleias Municipais. Aquilo que nos queremos mostrar, e julgo que até haverá consenso aqui dentro, é que numa quarta feira às duas da tarde não é o melhor dia para fazermos uma Assembleia Municipal, sabendo que temos uma Ordem de Trabalhos com vinte quatro pontos, alguns muito importantes para o futuro do município. O argumento de que os deputados estão aqui e não estão a faltar, não é um documento válido para a discussão porque sabemos todos que estão a ser feitos sacrifícios pessoais e profissionais para podermos estar aqui a cumprir o nosso dever, mas que em momento algum podia ser compatível com uma solução melhor. Esta Assembleia podia ter sido feita no mês de novembro, com uma ordem de trabalhos menor e num outro dia à noite uma outra com o resto dos pontos que faltavam e ficaria aprovado tudo aquilo que a Câmara precisasse de aprovar. Todos aqui queremos a mesma coisa, que é o sucesso para Amarante. Agora, achamos que uma reunião às duas da tarde, não é, no contexto do nosso concelho o dia mais produtivo para esta discussão. Em Amarante não há esta tradição e por isso o que estamos a dizer é que o dia não devia ter sido este”.

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia para dizer que já se falou demais relativamente a este assunto que só podia ter gasto dois minutos e por isso, acabou a discussão e vamos passar de imediato à votação. Dessa votação apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 28, abstenções: 0 (zero), votos a favor: 19.**

Foi dada continuidade aos trabalhos com o início da discussão do **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Anualmente os municípios possuem uma participação que é variável, até 5% no imposto que é arrecadado em sede de IRS.

Veio O Partido Socialista sugerir que a participação do Município de Amarante no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho relativo ao ano de 2019 fosse de 4%.

Independentemente da relevância, ou irrelevância, da medida proposta que devolveria arcos euros a cada família, e a mais carenciadas nem sequer recebiam qualquer quantia porque não descontam em sede de IRS, o que mais me repugna é a forma como o PS trata o assunto quando comunica com os Amarantinos.

Em 28 de Novembro de 2019, peãs 15,29 horas, na sua página oficial o Partido Socialista de Amarante, em forma de cartaz publica o seguinte em parangonas: **“COLIGAÇÃO AFIRMARAMARANTE FICA COM 5% DO IRS DOS AMARANTINOS”**. Depois, em letra menos “garrafal” e no mesmo cartaz refere: “Sabia que no próximo IRS a autarquia de Amarante ficará com 5% do valor do seu IRS”. E com uma “candura” de arrepiar mente descaradamente e diz o seguinte: “A coligação AfirmarAmarante rejeitou uma proposta do PS para que este valor fosse devolvido diretamente aos Amarantinos”.

Em política meus senhores não vale tudo. Apesar de alguns julgarem que sim.

A terceira afirmação não é verdadeira. A proposta do PS é que a devolução fosse reduzida a 4%. Ou seja, devolução de apenas 1%.. Mas o que me faz vir a esta tribuna é a primeira afirmação. A primeira afirmação é injuriosa porque imputa um facto à coligação AfirmarAmarante ofensiva à honra e consideração de todos quantos dela fazem parte. Eu incluída.

A coligação não ficou com 5% do IRS dos Amarantinos. Nem o PSD nem O CDS ficaram como que quer que fosse. Afirmar isto é completamente descabido mas é intencional. A intenção do PS é induzir os Amarantinos em erro. Isto ultrapassa todos os limites.

Com tal afirmação quis o Partido Socialista dar uma imagem muito negativa da coligação AfirmarAmarante e passar para a opinião pública uma péssima imagem desta. E o PS bem sabe que esta péssima imagem não corresponde à verdade pois sabe que a coligação não ficou com 5% do IRS dos Amarantinos. Esta publicação é de fácil divulgação e tem repercussões negativas na coligação AfirmarAmarante. Era esse o desejo do Partido Socialista que agiu voluntariamente e sabia que a lei não lhe permitia tal comportamento.

E não venha o PS dizer que a firmação transcrita é perfeitamente legítima num estado de direito democrático por estar inserida num contexto de luta política, onde o direito de critica assume maior elasticidade e mais se faz sentir o direito fundamental da liberdade de expressão. Não. A afirmação transcrita encerra uma enorme carga pejorativa com relevância criminal.

Pois, as afirmações imputadas à coligação AfirmarAmarante não foram proferidas com o intuito de realizar interesses legítimos nem interesses públicos de informação. Foram proferidas com o manifesto propósito de questionar a seriedade da coligação AfirmarAmarante e tiveram, por objetivo único, difama-la. Isto não é política”. Como disse Sá Carneiro: A política sem risco é uma chatice e sem ética é uma vergonha”. E isto é uma vergonha.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA – PS

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Neste período de antes da ordem do dia, quero abordar um único ponto - O Call Center de

Amarante - no sentido de perguntar a V. Exa. senhor Presidente da Câmara se ao fim de três anos de operação da empresa Randstad no concelho, já foi feita alguma avaliação por parte deste Município sobre a operação desta empresa no nosso concelho e se é capaz de nos poder responder hoje, ou em alternativa na próxima reunião deste órgão, a três questões que lhe passo a colocar: 1. Quantos contratos de trabalho sem termo, com trabalhadores, celebrou a Randstad em Amarante? 2. Quantos contratos a tempo completo celebrou esta empresa em Amarante nesta operação? 3. Desses contratos quantos foram celebrados com pessoas residentes em Amarante?

Senhor Presidente, vou tentar ser claro porque não gosto de cartas escondidas na manga, o tema que hoje aqui trago deve-se ao facto de se ter instalado um rumor que refere que a dita empresa está de saída de Amarante. E, entendo que só se deve valorizar o mesmo, dada a análise ao histórico de comportamentos similares que se verificam com os Call center deste tipo instalados noutros municípios. Pretendo, assim, com esta intervenção, dar-lhe a oportunidade política, dentro da informação à data disponível na posse do Município, de dizer a esta Assembleia, se a “esperança de vida” do Call center da Randstad em Amarante se perspetiva curta ou longa?”

HUGO CARVALHO – PS

Usou da palavra para dizer que: “é importante que fique aqui um cabal esclarecimento sobre as posições do PS. Quero deixar claro que quando a Dra. Amélia afirmou que o PS mentiu, vou começar pela parte final quando disse que o PS fala dos 5%, mas só apresentou uma proposta de 1%. À Dra. Amélia, que certamente por desconhecimento, ou porque não esteve presente quando se falou nisso, ou porque não leu as atas da reunião de câmara, quero dizer que a proposta do PS é clara. Para que a coligação do PSD não diga que a Câmara perdeu uma enorme e importante receita para o seu funcionamento conforme o apelidou no passado, o PS disse que essa convergência devia ser feita à regra de 1% por ano, aliás proposta que já apresentou no último ano, apresentou neste e voltará a apresentar nos seguintes.

Relativamente à questão da insinuação de que o PS quer colocar na opinião pública, de que a coligação Afirmar Amarante ficou com o dinheiro dos amarantinos, quero dizer-lhe que poderemos divergir em muito na política, mas toda agente sabe que aquilo que está aqui em causa é dizer que a gestão da coligação Afirmar Amarante, não devolveu o dinheiro aos Amarantinos. Não passará pela cabeça de ninguém aqui nesta Assembleia, talvez só na sua que cria fantasmas, quererá dizer que o senhor Presidente de Câmara meteu ao bolso o dinheiro do IRS dos amarantinos. Isso nunca poderá estar em causa. Agora, numa postura de atividade política é totalmente legítimo que o PS discorde das posições do PSD sobre esse tema. Eu ficaria muito chateado se o PSD afirma-se em mais que um momento que o PS tem a maior carga fiscal de sempre. Não é o PS, é a governação do país. Aquilo que está em causa é uma posição política da coligação Afirmar Amarante que ganhou as eleições em coligação e que terá de responder aos Amarantinos com esse nome. Não está aqui em causa o facto de que as pessoas eleitas pela coligação estejam perante um ato criminoso. Nessa altura, não apresentaríamos um cartaz, mas sim uma queixa em tribunal”.

MANUEL PINHEIRO - PS

No uso da palavra disse: Senhor Presidente, embora a materialização do ato tenha sido há poucos meses, ato esse respeitante à compra dos terrenos do “Matias”,

este órgão já aprovou há cerca de três ou quatro anos, essa compra que demorou algum tempo, porque fatos diversos para isso contribuíram, pergunto-lhe se nesta data pode o senhor Presidente de Câmara dizer aos Amarantinos se já tem um destino a dar àquele espaço?

A segunda questão que queria colocar ao senhor Presidente, prende também com terrenos e com edificações. A EDP, em 1982 tomou conta da rede elétrica de baixa tensão e de alguns edifícios pertencentes aos serviços municipalizados, mas sabemos hoje que já não existem quaisquer serviços da EDP em Amarante, pergunto-lhe se vai diligenciar no sentido de reaver para Amarante as instalações que a empresa tinha no lugar do Sobreiro, em frente ao cemitério Municipal, estão hoje devolutas, e que julgo pertencerem à Câmara, sendo umas boas instalações dentro da área da cidade, e que haverá certamente muitas formas de lhe poder dar utilidade.

A minha terceira questão é já recorrente e diz respeito à iluminação do parque de estacionamento junto ao terminal de camionagem, que é diariamente muito movimentado mas que à noite tem muito pouca luz. Para quando a resolução do problema?

Uma outra questão que também já abordei noutras ocasiões, prende-se com o arranjo da rede viária, nomeadamente a nacional 15 e a entrada pelo lado de Geraldês para a cidade onde o piso está muito degradado. A falta de iluminação na ponte e principalmente nas passadeiras é um problema que urge resolver porque é um perigo diário.

Quero também referir-me de novo às antigas instalações da ETAR, onde estão instaladas uns bungalows há mais de dois anos, onde nos disse que ia ali instalar a aldeia da juventude, mas o certo é que ainda nada aconteceu. Qual o ponto de situação?

Uma outra questão que quero lembrar é a manutenção de alguns edifícios públicos, nomeadamente a Biblioteca Municipal, que está uma lástima e o mercado Municipal que com quase todas as lojas vazias, apresenta um aspeto de abandono e a precisar de uma intervenção”.

ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta disse: “ Gostaria de abordar dois temas concretos e com alguma relevância. Um deles tem a ver com o controle da água nos fontenários. Este processo remonta a 2016, e nessa altura, ficamos convencidos que algo iria ser feito. Mandaram-nos identificar os fontenários da freguesia, porque posteriormente iriam ser feitas análises à água para aferir da qualidade, de modo a que toda pudesse servir para o consumo humano. No passado dia 7 de novembro recebi um email a aconselhar a colocação de placas informativas de “água não controlada” ou de “água imprópria para consumo humano”. Devo dizer que ainda não fiz nada, porque tenho a certeza absoluta que a água do Marão é muita boa, sendo que até já foi testada para medicamentos. Se tiver que o fazer, fá-lo-ei, mas estava convencido que a Câmara Municipal assumiu a responsabilidade de fazer a primeira análise a todos os fontenários e posteriormente teria de ser a Junta a controlar. O que é facto, é que nada foi feito desde 2016.

Uma outra questão que quero abordar prende com a criação das Unidades Locais de Proteção Civil. Em abril de 2018 e de acordo com as alterações da lei de base da Proteção Civil, o senhor Presidente da Câmara achou por bem que se criasse um primeiro grupo de freguesias onde fossem instaladas Unidades Locais de Proteção

Civil. Ansiões, pelas suas características fazia parte desse grupo. Fizemos a sua constituição, comunicamo-la à Câmara, mas o que é certo que desde essa data as Unidades não tiveram relevância nenhuma, não fizeram ainda nada, porque nem sequer sabemos ainda qual a nossa missão. Perante isto, não sei se realmente existem, se estão validadas e se nos pode dizer o que podemos fazer para proteger as nossas populações, ou se teremos de aguardar mais alguns dias”.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então a mesma dada ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse: “Relativamente a algumas das questões que me foram colocadas, quero dizer para já que darei a palavra ao senhor Vereador André Magalhães para que ele dê a conhecer aquilo que sabe acerca do Call Center.

Não vou entrar de novo na questão do IRS, mas uma coisa é certa; a Câmara de Amarante não fica com o dinheiro de ninguém.

Relativamente à questão dos terrenos do “Matias”, a nossa ideia é começar por perceber como é que irá ficar o programa funcional daquele espaço para aí localizar tudo aquilo que tenha a ver com atividades artísticas. A nossa ideia é criar ali a grande plataforma ligada às artes. Aliás o nome que gostaríamos de dar ao espaço era “A Fábrica das Artes”, até para mantermos vivo aquilo que foi aquele local e a partir dali desenvolver toda uma série de ações que contribuam para o desenvolvimento de Amarante. Em Janeiro espero já saber aquilo que Amarante realmente precisa, para elaborarmos o programa funcional e podermos começar o projeto para que no futuro possamos então fazer a reabilitação do espaço. Ainda vai haver muita discussão sobre este assunto e por isso vamos chamar associações, privados e quem está diretamente ligado às artes. O aspeto político vai ser tido em conta relativamente a esta matéria, mas a nossa vontade era desenvolver ali tudo o que tem a ver com as artes.

Relativamente à questão do edifício no Sobreiro, não faço a mínima ideia se é pertença de Amarante. Vou saber o que se passa, para depois poder tomar alguma diligência relativamente ao mesmo.

O problema da iluminação está a ser tratado, até porque nós vamos iniciar no primeiro trimestre do ano, toda a renovação da iluminação do município de Amarante com especial incidência na boa iluminação de muitos dos pontos que o senhor deputado apontou. Relativamente às passadeiras, os técnicos estão já a desenvolver um projeto para melhorarmos e iluminarmos todas as passadeiras.

Relativamente ao espaço da antiga ETAR, também acreditamos que no próximo semestre possa ser terminada pelo menos uma parte da recuperação daquele espaço. Tivemos alguns atrasos que tiveram a ver com algumas autorizações, mas acredito que pelo menos uma parte possa ficar concluída.

Quanto à biblioteca e nesta fase, vamos já tratar da iluminação interna que neste momento é alvo de críticas e bem, por parte das pessoas que usam aquele espaço. A questão do aquecimento e do arrefecimento é outro problema que terá de ser rapidamente resolvido. O problema da infiltração da água, terá de passar pela alteração do telhado e por um novo revestimento do edifício. Não será para já, mas numa segunda fase daremos continuidade à recuperação do edifício.

Relativamente ao Mercado Municipal, é verdade que há ali espaços que estão devolutos, mas está a ser estudada a possibilidade de lhes dar uso e reabri-los novamente. Estamos também a desenvolver o projeto para a reabilitação de todo aquele espaço, mas estamos à espera de ver se podemos juntar alguns espaços, porque foi

uma das possibilidades que se colocou no primeiro estudo que se fez. Reconheço que é um espaço que merece intervenção da nossa parte.

Relativamente às questões que o senhor Presidente da Junta de Ansiães colocou relativamente à Proteção Civil, não lhe sei responder. Vou pedir ao coordenador local da Proteção Civil possa dentro de dias fazer uma reunião prévia com todos, para tentar perceber o que se passa. Quanto à questão da água, vou pedir à senhora Vereadora Dra. Lucinda, que lhe preste os esclarecimentos que solicitou. Vou então dar a palavra ao senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que relativamente à questão do Call Center disse: “Estamos, nesta data num processo de avaliação da atividade do Call Center, tanto é que até visitei as instalações à cerca de duas semanas onde estive com os responsáveis. Ficou agendado para o início do ano a realização de algumas reuniões de balanço para percebermos qual é hoje em dia o estado mais fino da atividade, mas também para sabermos quais os planos futuros para a empresa. Solicitamos alguns dados relativamente à atividade atual, nomeadamente sobre a tipologia dos contratos e desde já posso partilhar alguns que embora não estando analisados, mas que nos foram fornecidos pela empresa. Neste momento estão empregadas 98 pessoas divididas pelas seguintes tipologias de contrato: 3% em contrato de estágio, 5% com contratos a termo certo, 38% com contratos a tempo indeterminado e 54% com contrato a termo incerto. Em termos de distribuição de género, temos 71 pessoas do sexo feminino empregadas e 27 do sexo masculino, sabendo que as médias de idade são respetivamente 38 e 37 anos. O colaborador mais novo tem 18 anos e o mais velho 56 anos. Em termos de habilitações académicas, temos 15% com o ensino básico, 68% tem o ensino secundário e médio e 16% tem o ensino superior.

Relativamente à distribuição pelo concelho, é o dado mais difícil de trabalhar. Foi-nos remetida uma tabela que consegue ter uma entrada por cada trabalhador, que não conseguimos identificar e que mistura freguesias com concelhos. Peguei numa amostragem de 40 trabalhadores, percebendo-se com este dado que 70% dos trabalhadores são do concelho de Amarante, sendo que os demais são dos concelhos vizinhos, nomeadamente de Felgueiras, Marco de Canavezes, Lousada, Celorico e Mondim. São estes os dados que temos de momento”.

Usou de seguida da palavra a senhora **VEREADORA LUCINDA FONSECA**, que disse: “ Há o compromisso do município em assumir a responsabilidade do controle das águas dos fontanários das freguesias, mas só um por freguesia. Fizemos um estudo prévio com a equipa que controla a água dos fontanários que nos apresentou a elencação de todos os fontanários que existem no concelho e está previsto para meados de janeiro uma reunião para que os senhores Presidentes de Junta nos digam qual o fontanário mais adequado para ser monitorizado pelo município e isto para cada um das 40 freguesias. A nossa avaliação não será para as atuais 26, mas por uma questão de proximidade aos fregueses, às 40 freguesias então existentes. Da listagem existente, serão os senhores Presidentes de Junta a dizer qual ou quais querem ver monitorizadas. O município assumirá a análise inicial e efetuará uma avaliação a todos os parâmetros obrigatórios para que a água possa ser usada sem qualquer risco para o consumidor. Temos neste momento uma estimativa de custos para essas análises obrigatórias que ronda os 273 euros mais IVA por fontanário. Algumas têm de ser feitas com menor periodicidade, mas tudo isso está a ser preparado. Em termos técnicos o dossier está bem preparado por forma a que numa reunião em janeiro, junto com os senhores Presidentes de Junta, possamos avançar com o processo”.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse: “No uso da palavra disse: “Tenho aqui uma notícia publicada no Jornal de Económico, em Maio de 2016, onde o senhor Presidente da Câmara, refere que a Randstad emprega 155 pessoas em Amarante e projeta para o primeiro trimestre de 2017, a possibilidade de empregar cerca de 250 pessoas. O senhor Vereador André Magalhães acaba de nos dizer que à data de hoje estão 98 pessoas empregadas na empresa. Concluímos, portanto, que já despediu 57 trabalhadores.

Chamo à atenção desta Assembleia que há um contrato, estabelecido para a captação deste investimento, que possibilitou à referida empresa um grande apoio financeiro por parte deste Município e que até para além deste apoio houve outros, no caso logístico ao nível de materiais e equipamentos.

Entendemos que a empresa devia justificar este esforço financeiro que o Município de Amarante fez, e não nos parece que seja o caso. Podemos estar a correr o risco de estar potenciar empresas que terminado o período dos benefícios se vão embora.

Senhor Vereador André Magalhães, não percebi uma parte da sua intervenção e pergunto: - Os números que relatou resultam de uma avaliação formal feita ao abrigo desse contrato ou foi por iniciativa informal desta Câmara Municipal?”

Para responder ao orador anterior, usou de seguida a palavra o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que disse: “um dos aspetos mais importantes a ter em conta tem a ver com a defesa dos postos de trabalho e por isso fizemos já reuniões para sabermos quais são as expetativas da empresa. Sabemos que houve trabalhadores que abandonaram porque surgiram novas oportunidades de emprego e por isso é que se verificam oscilações ao longo do tempo há blocos de contratações que vão sendo feitas. Sabemos que o limite de contratações andaria à volta das 230 pessoas porque era essa base da negociação inicial. O investimento feito por parte do município foi numa infraestrutura que é nossa. Temos contactos regulares com a empresa e na reunião de Janeiro vamos tentar medir o impacto para percebermos, não só no curto prazo, mas no médio prazo o que é que eles realmente pretende até porque existe a questão da titularidade do imóvel que passa agora para a titularidade do município. Este é o tempo que tínhamos definido para fazer uma reavaliação da atividade. Eu conto que na primeira assembleia municipal do próximo ano, já vos traga alguns dados extra, sendo que o nosso esforço será sempre feito no sentido de maximizar os números de postos de trabalho, do vencimento médio, da estabilidade que é dada aos trabalhadores. Julgo que em 2020 terei novas informações que poderei partilhar com a Assembleia”:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que ia aguardar por mais dados. “O facto do património ser nosso não legitima a atitude da empresa, é público e notório que foi muito favorecida pelos dinheiros Municipais e se fizermos uma comparação com as empresas locais, que criam empregos com direitos efetivos aos trabalhadores, e que vão sobrevivendo com grande dificuldade, e nunca foram apoiadas desta forma. Julgo que o nosso Município, deve ter muita cautela na captação deste tipo de empresas, que se vai percebendo que são especialistas em recrutamento de recursos humanos para a criação de

emprego precário não oferecendo rigorosamente nenhuma mais-valia consolidada para economia do nosso concelho”.

AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra disse que mais uma vez o senhor deputado Hugo Carvalho usou, na intervenção que fez, termos ofensivos relativamente à sua pessoa. Eu não estive aqui a discutir o ponto número 4, mas sim o facto de o PS ter publicado um folheto onde se dizia que – *no próximo IRS a autarquia de Amarante ficará com 5% do valor do seu IRS*. Deixo ficar o dito folheto, que deverá ficar anexo à ata para poder ser lido pelos senhores deputados”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “obviamente que a intervenção que vou fazer é em defesa da honra e para ficar em ata, porque independentemente das capacidades cognitivas que alguns elementos da Assembleia julgam que tem face a outros, mesmo que eu as tivesse mais baixas, o que francamente eu duvido face à interlocutora anterior, certamente isso não a legitimaria a mais ou a menos com a sua intervenção nesta Assembleia, porque eu estou aqui com o mesmo direito que ela teve, que foi o voto dos amarantinos.

Depois de saber o tempo que ainda tinha disponível, continuou a intervenção dizendo que iria colocar uma questão acerca de um tema que em alguns momentos o PS discutiu, mas que por falta de tempo ainda não consegui trazer a esta Assembleia, mas há agora um facto novo que me leva agora a fazê-lo e que tem a ver com alguns contratos que foram feitos com o especialista Miguel Teiga, no que diz respeito ao Parque Linear e a outros arranjos aqui no concelho. Isto para dizer o seguinte: fiz uma cronologia sobre os ajustes e às últimas consultas prévias que foram realizadas, verifiquei que o município realizou em 2017 um ajuste de 5.000€. Em janeiro de 2019 mais um ajuste de 98.000€. Por consulta prévia e em 7 e 22 de novembro passado fez mais dois ajustes; um de 62.000€ e outro de 30.000€, o que dá um total de 240.000€ mais IVA. O primeiro contrato foi celebrado a 19/07/2017. No entanto o site do município refere a intervenção no Ínsua em 10/10/2016, portanto muito antes da adjudicação. Tive também a oportunidade de ver uma notícia no Porto Canal, onde o senhor Presidente de Câmara faz declarações, com as obras a decorrer nas suas costas na Ínsua, e onde também o especialista Pedro Miguel Teiga faz declarações ao mesmo canal a respeito dessa intervenção. Quero por isso perguntar ao senhor Presidente porque é que em 2016, em 11 de outubro há essa reportagem com o técnico a fazer declarações, porque é que o ajuste só foi feito a 19/07/2017, oito meses depois.

Uma segunda questão que eu gostaria de colocar é no sentido de saber porque é que os mesmos projetos que foram contratados com essa pessoa para a reabilitação, porque é que pouco tempo depois é necessário que essa pessoa faça um outro ajuste para a reformulação do projeto? É o mesmo? Há outros projetos misturados? Estamos a pagar mais 30.000€ para reformular um projeto que inicialmente já era da responsabilidade do autor?

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

JOSÉ LUIS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “senhor deputado eu poderei a si e a toda a Assembleia fazer chegar a elencagem de quanto é que foi, e para que é que foi, porque há aqui vários projeto que estão em curso. São vários trilhos, não só no rio Tâmega mas também no rio Olo e outros trabalhos que estão a ser desenvolvidos pelo Professor Pedro Teiga e outras pessoas. Aliás, estamos a falar que alguns dos projetos até foram financiados ao abrigo do POSEUR. A questão das datas que me coloca, até dá a ideia que há qualquer coisa de tenebrosa, mas não há. Seguramente haverá uma questão que será esclarecida de forma cabal porque e que foi em tal data ou porque é que não foi. Neste momento e nesta Assembleia, não tenho como lhe dar resposta porque não lhe consigo explicar as datas, mas comprometo-me a enviar antes da próxima Assembleia para conhecimento de todos, dados que também entregarei aos senhores Vereadores de como é que foi todo este processo de aquisição, sendo que, neste momento, é a única coisa que eu lhe posso dizer.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “Pergunto se já estão aqui todos os projetos e reformulações de projetos para o Parque Linear e para a Ínsua porque estamos a falar de 240.000 euros mais IVA, isto para um especialista. Presumo que outros trabalhos que irão de decorrer executados por equipas técnicas de especialistas irão custar um determinado valor que presumo eu, somará a este. Aliás, aproveito para lhe pedir que me esclareça, porque assinou estes contratos, para sabermos se há mais projetos deste tipo para serem feitos e se alguns projetos de especialidades que tenham de ser feitos relativamente a estes trabalhos se estão contemplados neste valor de 240.000 euros e se vamos ter mais alguns projetos extras para fazer?”

JOSÉ LUIS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente da Câmara usou de novo a palavra e disse:” Como eu tinha dito ao senhor deputado, eu depois farei chegar a informação. Nós temos outras intervenções para a área ambiental. Dizer-lhe se vão acabar ou continuar, espero que continuem durante muitos anos, porque quer dizer que há aqui uma grande aposta na questão ambiental e isso é algo de que não iremos abdicar. Fala muito da Ínsua, mas que eu saiba, até não contratei projeto nenhum para a Ínsua. Contratei para trilhos e para trabalhar a questão do rio Olo. Para não dizer aqui algo que não corresponda de todo à verdade, eu faço-lhe chegar toda a informação deste e de outros projetos que poderão intervir no âmbito do POSEUR que nos aprovou uma série de medidas que têm a ver com desenvolvimento de projetos, com consultoria e com formação. São projetos interessantes e onde haverá o envolvimento de toda a sociedade. Irei disponibilizar toda a informação bem a como metodologia que está a ser usada e convido todos a participar ativamente nesta requalificação que estamos a fazer”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato ao período destinado às intervenções do público presente. Assim, no **PERÍODO DO PÚBLICO**, inscreveram-se para usar da palavra os senhores: **PAULO TORCATO**, funcionário da Câmara Municipal, que questionou a Câmara relativamente às grandes alterações que ocorreram nos transportes públicos, nomeadamente no que à Rodonorte diz respeito. Essas alterações, para pior, entraram em vigor no passado dia 25 de novembro. Para qualquer Amarantino, a partir desse dia não ficou assegurado o transporte nos horários previstos, em vigor até então, e em qualquer direção. A Rede nacio-

nal de Expressos, é a nova operadora que agora nos serve e começou logo por pôr fim no desconto do bilhete de ida e volta, pôs fim à flexibilidade do bilhete de volta com acréscimo no preço e penalização. Aumentaram o preço dos bilhetes e suprimiram horários das carreiras e acabaram com a paragem junto ao hospital de S. João que tanta falta faz aos nossos jovens estudantes, a todos aqueles que infelizmente tem de se deslocar ao Hospital e ao IPO. Para além disto, acabou com os passes expresso. Sendo pai de uma jovem estudante que se desloca diariamente para a Faculdade de Engenharia do Porto, sinto-me indignado porque o valor do passe que até agora custava 176,50 euros, passará a custar a partir de janeiro 264,00 euros. Um trabalhador comum, irá pagar 296,00 euros. Perante os factos que referi, pergunto para quando a ligação Amarante/Livração aos principais comboios para acabar com o monopólio desta empresa e o que o município pretende fazer relativamente ao transporte rodoviário Amarante/Porto e Amarante/Outras direções? Muito obrigado e feliz Natal para todos.

Usou de seguida da palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, morador no edifício da Chentuada, que fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: "Senhor Presidente, com o estatuto de autonomia das escolas, estas gozam duma certa flexibilidade quanto aos conteúdos programáticos, calendário escolar, etc., acontece que como não houve consenso entre os órgãos diretivos dos respetivos agrupamentos, há famílias com filhos em escolas diferentes, uns estão em pausa letiva enquanto outros estão em aulas; como deve compreender isto traz-lhes (às famílias) transtorno (intranquilidade, despesas, etc); o próprio município só tinha a ganhar com um acordo de concertação entre os responsáveis, relativamente ao calendário escolar, já que refletir-se-ia na conta dos transportes; como parte interessada (subsidiaria os transportes) há que sentar os dirigentes das escolas, chamá-los á razão, fazer-lhes ver que a situação, tal como está, não beneficia ninguém (famílias, alunos, município).

Senhor Presidente, relativamente ao caso "ANO" (empresa de software com quem a Câmara trabalha), as conhecidas viagens de prazer, venho, digamos, "dar a mão à palmatória" porque como o senhor afirmou fez um desmentido à imprensa; de facto, posteriormente à Assembleia e numa passagem de olhos aos jornais locais que tinha lá em casa, antes de os reciclar, encontrei o tal comunicado, que o senhor fez alusão; o que aconteceu foi que eu tomei conhecimento através dum jornal semanal e que na edição seguinte não fez qualquer desmentido, e daí o meu equívoco, foi isto na verdade o que se passou e nada do que o senhor subtilmente insinuou, que estaria de má-fé, intriga.

Como sabe, é no verão e no inverno que se verificam as mais altas taxas de mortalidade entre a população mais idosa, fruto do calor excessivo e do frio extremo, ora, como o governo só está a pensar criar o chamado gaz social só lá para o ano, veremos, e entretanto continua-se a morrer de frio nos nossos lares, preferindo o governo oferecer indiscriminadamente livros, não é senhor engenheiro Hugo Carvalho? (Uma pequena nota explicativa, que faz todo sentido: o deputado da república que também é deputado desta assembleia, engenheiro Hugo Carvalho, no mandato anterior deste executivo, estava do mesmo lado que eu da barricada, relativamente aos livros, ou seja, frontalmente contra a oferta indiscriminada); dizia, chegando ao cúmulo de haver livrarias, ainda com livros de certas disciplinas, três meses após o início das aulas, porque os alunos não os levantaram, e como esta medida injusta deixou de ser praticada pelos municípios, e ainda bem, eu pergunto ao senhor presidente se está na disposição de ajudar os idosos sós ou aquelas famílias com idosos a seu cargo (com

prova de carência económica) na despesa com o gaz, tanto mais que como sabemos a verba alocada pelo município á época (com a compra dos livros) rondava os 130 mil euros?

Com certeza conhecem aquele episódio narrado na bíblia, conhecido por «óbolo da viúva» ou esmola, em que esta no ofertório da missa deu uma pequeníssima moeda, inferior a todas as outras, mas que aos olhos de Cristo foi a que mais deu, pois deu o que lhe fazia falta, não o que lhe sobrava, digamos que a taxa de esforço foi superior aos demais; deixando isto de lado, embora como nos diz Aristóteles «o homem é por natureza um animal político e religioso», Bento XVI lembra-nos «a justiça é o objetivo e também a medida intrínseca de toda a política» e sendo assim, senhor presidente e todos nesta assembleia, responsáveis pela aprovação do regulamento das rendas nos bairros sociais, acham justo que uma moradora com uma pensão de viuvez de quatrocentos e tal euros, longe portanto do valor do limiar da pobreza que é atualmente de 501 euros, pague uma renda de quarenta e poucos euros, a que se soma os outros gastos (comida, água, luz, gaz, medicamentos, etc.), consiga ter um fim de vida digno, com o que lhe sobra da pensão?

Relativamente ao voto de protesto quanto à assembleia se fazer a um dia de semana (diurno), não poderia estar mais de acordo; para estar aqui presente tive que abdicar do trabalho (meio-dia de salário que foi ao "ar"); com certeza recordam-se daquele episódio lamentável, da vida interna dum partido, em que os envolvidos Dr. Filipe Meneses e Dr. Albino Aroso numas eleições distritais, o primeiro as marca para uma data em que o Dr. Albino Aroso estava a ser tratado lá fora (estrangeiro) a um problema de saúde; coincidências que eu registo".

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse: "Irei dar a palavra à senhora Vereadora Rita Batista para ela esclarecer as questões que foram colocadas relativamente aos transportes e às questões que o senhor Paulo Torcato colocou e que são pertinentes. Quanto ao senhor Adelino, quero dizer-lhe que relativamente à autonomia das escolas, foram os agrupamentos que definiram as regras. Acho importante que haja concertação porque numa primeira fase não houve. Quando tivemos a reunião com as transportadoras, com a presença da equipa técnica da Câmara e os diretores dos agrupamentos, não foi colocada essa questão sobre esta flexibilização em que eles iam alterar o modo de funcionamento das férias e nessa altura isso criou-nos muito transtorno. Julgo que era a isso que o senhor Adelino se estava a referir e eu espero que nos próximos anos as coisas funcionem de forma diferente, porque é muito complicado não só para nós que temos de garantir os transportes, mas também para os pais. Quanto à questão que coloca relativamente às pessoas com mais idade, quero dizer-lhe que há por parte dos serviços da Câmara, como também da Rede, assim como da Segurança Social, sempre vontade de tentar responder ao máximo por forma a que cada vez se prestem melhores serviços. Quanto às rendas e aos salários que cada um auferir, nós só cumprimos aquilo que a lei manda. Concerteza que o governo quando impõe algum normativo é para que ele seja cumprido. E também compreendo que haja a razoabilidade de quem tem menos condições de poder pagar que possa aqui haver ajuda social. Eu julgo que em Amarante está tudo salvaguardado, mas cada caso é um caso e se houver casos que mereçam alguma atenção especial, devem dirigir-se aos serviços da Câmara para tentarmos sinalizar e articular na Rede uma forma de sinalizar os casos e poder ajudar. Se o senhor Adelino conhece algum caso em concreto, peço-lhe que diga a essa pessoa

que se dirija aos serviços sociais da Câmara, porque certamente será encontrada uma resposta para ajuda.

Usou de seguida da palavra a senhora **VEREADORA RITA BATISTA**, que quanto às questões relativas aos transportes disse: “ Esta é uma questão que nos tem preocupado, porque queremos que os nossos munícipes tenham melhores qualidade de serviço e não o contrário. Em relação a esta questão do serviço Expresso, quero dizer-lhe para que fique bem claro, que a Câmara Municipal de Amarante ou qualquer outra não tem qualquer competência nos serviços Expresso. Essa competência está regulada por lei. Os municípios só têm competências no âmbito municipal, as CIM tem competência no âmbito intermunicipal e o estado é a autoridade de transportes competente para os serviços Expresso. O serviço Expresso foi regulamentado muito recentemente, em setembro e regula as condições de acesso ao serviço público de transporte de passageiros Expresso e diz que é explorado em regime de acesso livre e mediante autorização do IMT e que as tarifas são fixadas livremente pelos operadores. Nós, quando soubemos desta parceria entre a Rodonorte e Rede Expressos e cientes de que havia preocupações por parte dos munícipes propusemo-nos a fazer uma análise entre os horários anteriores e os atuais e os dados que temos neste momento demonstram que comparativamente com a oferta anterior, há mais oferta de serviço. Para além disso, estão a ser feitos ajustamentos que tem sido pela empresa divulgados. A informação pública da Rodonorte diz-nos que até 1 de janeiro de 2020, o funcionamento dos passes se mantém. Nós não temos qualquer informação, neste momento que nos diga que vá ser de forma diferente a partir do próximo ano. Quanto à localização e relativamente à mudança da paragem do hospital para o Pólo Universitário deixem-me dizer-vos que é uma opção da empresa que não se prende apenas com os autocarros que se dirigem de e para Amarante, e junto ao Pólo Universitário poderá até servir melhor os estudantes, não podendo o município de Amarante influenciar esta decisão da empresa. De qualquer maneira e para tentar salvaguardar os interesses dos Amarantinos, pedimos esclarecimentos à Rodonorte das alterações que possam vir a ter reflexo na qualidade do serviço. Pedimos informações relativas aos horários e o seu cumprimento, locais de paragem, títulos de transporte, valores dos bilhetes, valores e condições de acesso aos passes e regras de aquisição de títulos de transporte e reserva de lugares para datas posteriores a 31 de dezembro.

Importa deixar claro que a publicação deste decreto-lei em setembro, que regula o acesso, deixa clarividente para todos que o serviço expresso é de acesso livre mediante autorização do IMT e as tarifas são estabelecidas livremente pelos operadores. De qualquer forma, é uma questão que nos preocupa e que estamos a acompanhar.

Quanto à questão da ferrovia, gostava de deixar uma nota positiva pela aprovação ontem, em reunião de Câmara, do Programa de Apoio à Redução Tarifária para 2020 e que permite implementar novas medidas para o próximo ano. Temos medidas que terão um impacto muito positivo na vida das pessoas nomeadamente a redução do preço no passe estudante e para a via sénior para sete euros e cinquenta cêntimos. Vamos também criar um passe municipal sénior que permite por metade do valor o acesso a todas as linhas de transporte. Mas o que importa é que criamos uma linha parcelar dedicada entre Amarante/Vila Meã estação concertada com os horários da CP, por forma a permitir e potenciar uma maior utilização do comboio. Este circuito tem utilização gratuita, caso as pessoas tenham título válido para viagens na CP e quem

não tem, pagará cinquenta cêntimos. Acreditamos que esta medida vai incrementar o serviço e serão introduzidos hábitos de circulação novos. Vamos suprir algumas das necessidades dos munícipes e fazer com que circulem com conforto.

Entretanto, o senhor Presidente da Assembleia disse que iria dar a palavra à senhora Vice-Presidente para que ela pudesse responder a uma questão que lhe foi anteriormente colocada e que por lapso dele, tal não aconteceu na devida altura.

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – LUCINDA FONSECA

No uso da palavra a senhora Vice-Presidente disse: “quero responder ao senhor deputado Hugo Carvalho, à questão que ele me colocou relativamente ao impacto dos eco-jardins no município de Amarante, como na altura não tinha os dados, disse-lhe que o faria numa próxima reunião e por isso, quero dar-lhos, sendo que gostaria que ficassem em ata. Foi feita a monitorização comparativa para os três anos anteriores, 2016, 2017 e 2018. O consumo médio desses três anos para os espaços intervencionados foi de 10245 metros cúbicos de água com o custo efetivo para o município de 12,601.35 euros. Em 2019, com a implementação do eco-jardins, onde foram acrescentadas as duas rotundas que não tinham sistema de rega nem manutenção e um pequeno talude na Rua Acácio Lino que também não tinha sistema de rega, conseguimos para esse ano, uma poupança de 5580 metros cúbicos com um impacto de 6,863.40 euros. Em termos percentuais tivemos no primeiro ano uma redução no consumo de água de 46%.

No que concerne à manutenção e uma vez que temos fichas para cada espaço verde, a média dos custos para os anos 2016 a 2018, foi de 26,493.00 euros, sendo que para 2019 foi de 13,677.00 euros, uma poupança direta de 48% para o município. Em 2019, o ano de implementação, os indicadores que propusemos foram para um espaço temporal de cinco anos, mas conseguimos superar o proposto, com uma poupança de 18.553,00 euros”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra neste período da Assembleia, o senhor Presidente abriu à discussão **O PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando assim início à discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

Relativamente a este ponto o senhor deputado disse: “O documento agora apresentado melhorou de forma significativa e assim deverá continuar. Posto isto, duas ou três notas: Na página 24 pode ler-se” Acompanhamento e participação no processo de classificação da Paisagem Regional e Protegida da Serra da Aboboreira. Podia-nos informar, senhor Presidente, com mais detalhe, de que se trata este projeto? Na página 91, é referida – “ Missão e captação de investimento no Brasil no âmbito de um fórum internacional de empresas de Campinas”. Senhor Presidente, que representação é esta? Ainda saber se já existe algo de concreto, com a presença do Município de Amarante neste evento?”

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu-lhe de imediato e disse-lhe que: “O projeto da serra da Aboboreira é antigo, partilhado entre o município de Amarante, o de Baião e o do Marco de Canavezes e que neste momento se encontra na parte final. A delimitação está feita e os PDMs já contemplam toda essa área, para que finalmente se passe aquele território a uma zona protegida. Quem coordena o projeto, é a Associação de Municípios do Baixo Tâmega uma vez que foram eles, há alguns anos que assumiam este projeto.

Relativamente à missão e captação do investimento no Brasil, o senhor Vereador André Magalhães, dará de seguida uma explicação uma vez que foi ele que representou o município, mas quero dizer que estamos cada vez mais empenhados em captar possíveis investidores para Amarante. Eu espero, dentro de alguns meses ter notícias interessantes para poder partilhar, mas até lá temos de continuar a trabalhar para criar condições para que eles se possam cá fixar porque no Brasil temos potenciais investidores que poderão vir para Amarante. Essa ideia já existe há dois anos e agora materializou-se num ida ao Brasil do Vereador André onde reuniu com uma série de empresários em trabalhar em Portugal e porque não em Amarante.

Usou então da palavra, o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES** que disse: “Ao longo dos últimos anos, tivemos várias intenções de investimento que vieram do estrangeiro e que fomos monitorizando fazendo um acompanhamento de maior proximidade. Do Brasil foi de onde surgiram maiores intenções de investimento que temos acompanhado. Num passado recente fruto dos contactos com algumas empresas surgiu a oportunidade de podermos reunir com algumas delas que em tempos nos visitaram, outras que simplesmente nos tinham manifestado intenção de poder investir cá. Em simultâneo, Amarante foi convidada para duas conferências, organizadas lá sendo que uma foi dedicada exclusivamente a Amarante, e que reuniu vários empresários a quem apresentamos o porquê de investir e como é que podiam se internacionalizar e chegar à europa sendo que haveria uma cidade convidada. Essa conferência teve como tema “Porquê investir em Amarante”, sendo que os oradores fomos nós. No dia a seguir, numa outra conferência fomos também os oradores convidados do fórum Internacional de Campinas, uma cidade com mais de um milhão e meio de habitantes. Ainda no seguimento destas conferências tivemos reuniões com vários empresários, alguns deles da área do plástico, sendo que dois deles manifestaram logo poder investir cá. Estivemos também reunidos com aquela que é a maior empresa farmacêutica brasileira. Em resumo; conseguimos várias oportunidades, algumas que já estavam a ser conduzidas através daqui e através de outras entidades tivemos encontros com outras empresas. Fomos apresentar as nossas condições, falamos das zonas que o município tinha para instalação, quais eram os nossos clusters de atividade e quais eram as nossas sinergias com os clusters deles. Falamos também dos benefícios fiscais que foram criados. Tivemos quatro dias muito intensivos de reuniões e conferências com empresas interessadas em investir em Portugal, mas também noutros países europeus. A nossa meta foi estarmos na vanguarda e podermos apresentar as vantagens para os poder acolher.

Esta foi a primeira missão empresarial que fizemos ao estrangeiro em que Amarante era o agente de promoção. A experiência foi positiva, mas sabemos que os resultados vão demorar algum tempo, mas é este o caminho que estamos a fazer e que sabemos ter potencial uma vez que estão identificadas as empresas e os mercados que querem investir em Portugal. É esta a minha forte convicção”.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra, disse que espera que o caminho traçado pelo senhor Vereador tenha sucesso. Quanto à questão da classificação de Serra da Aboboreira disse achar que o projeto é muito interessante e referiu: "Quero lembrar ao senhor Presidente que em tempos lhe perguntei porque é que não se realizava o III Congresso Histórico de Amarante. Agora acoplado a este projeto, tem a grande oportunidade de o realizar, subordinado ao período megalítico e às ocupações pré-históricas da Serra da Aboboreira".

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: "No seguimento daquilo que já foi aqui dito, quero-me congratular pela melhoria significativa no relatório que agora nos foi apresentado. Também fico agradado com o facto de no início desta reunião me terem sido facultados os dados que eu há tanto tempo pedia, embora ainda falte o relatório do MIMO e o do Rali que são importantes, embora eu tenha lido na imprensa que só o Rali proporcionou o retorno de cinco milhões de euros, embora eu já não acredite muito nas novas metodologias de comunicação.

Gostava de retomar o assunto do Call Center e o das viagens ao Brasil, à Polónia, à Hungria, que sendo importantes deviam ter a missão de criar os 257 postos de trabalho que se propuseram criar e não os noventa que talvez tenham criado, sendo que dois são estágios e como tal não são postos de trabalho efetivos. É importante divulgar a nossa terra aos investidores estrangeiros, mas era também importante levar os nossos empresários de modo a potenciarmos novos mercados de exportação, para podermos sair da "linha de água" do Tâmega e Sousa. O Marco de Canaveses e Felgueiras estão a potenciar-se e de que forma e o importante era manter aqui essas empresas, projetar aqui esses postos de trabalho porque não vale só a criação de postos de trabalho líquidos, mas o mais importante é que o trabalho seja digno e bem remunerado para podermos ter melhores condições de vida, atrair pessoas, devolver IRS, tirar a derrama, fazer um IMI familiar para nascerem mais crianças, etc. Já são seis anos de liderança e já é tempo de ter indicadores muito mais positivos".

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse: "vou dar de novo a palavra ao senhor Vereador, não sem antes dizer que concordo com tudo o que se diz e precisamos de ter muito cuidado quando se fazem algumas abordagens para captar para trazer alguns equipamentos e investimentos, porque muitas vezes as coisas não acontecem como nós queremos. As questões são pertinentes, mas as coisas são mesmo assim. Enquanto o senhor deputado usava da palavra, lembro-me de há uns anos atrás ter lido um relatório e o senhor Presidente da Assembleia também o leu como eu, sobre o novo hospital, o que na altura levou a que muitos tivessem ficado muito entusiasmados porque eram-nos apresentados uma série de argumentos que levaram as pessoas a pensar se tudo aquilo acontecesse iria ser uma maravilha para Amarante. Volvidos cinco anos da abertura do hospital, aquilo é um pesadelo para todos nós. Eu sei que aquilo é uma preocupação partilhada por todos. Mas o que é certo é que nada aconteceu. Nada do que era proposto aconteceu e eu não quero crer que quem me antecedeu não estivesse preocupado com o hospital. Isto para dizer que

muitas vezes tentamos que algumas iniciativas decorram como nós queremos, mas isso não acontece. Apesar disso, o nosso foco é a questão industrial. Durante o primeiro semestre de 2020 vamos fazer uma apresentação de indicadores de uma área que para nós é muito importante, que é a indústria transformadora, que neste momento quase desapareceu. Esta situação é preocupante para Amarante porque provoca desemprego, provoca baixa de rendimento financeiro para as populações e provoca emigração. Toda a gente tem de ter conhecimento destes indicadores, embora eu saiba que politicamente alguém se vai aproveitar da situação. Temos de procurar inverter o ciclo e encontrar novos caminhos. Concordo que se leve os nossos empresários e a CIM Tâmega e Sousa está a trabalhar essa área, levando delegações de empresários lá fora. A AIP também tem feito missões empresariais e por isso a Câmara não tem estado tão empenhada nesse foco porque há entidades e financiamentos para efetuar esse tipo de operações de charme e hoje tudo isso é muito bem trabalhado. Aconteceu isso na ida ao Brasil onde se fez um trabalho intenso em quatro dias. É claro que o retorno é muito lento e das dezenas de processos que estamos a acompanhar, se vingarem três ou quatro já é muito bom. É esse o trabalho que temos de fazer, que é vender Amarante e desde já aproveito para convidar todos a estarem presentes no próximo dia 10 de janeiro na apresentação da nova logomarca de Amarante no sentido de uniformizarmos o nosso processo de comunicação. Temos que saber vender lá para fora e no que diz respeito à indústria temos de ter infraestruturas que vamos lentamente começar a criar, porque não basta comprar terrenos. É preciso infraestruturá-los de modo a termos capacidade para sermos competitivos por exemplo em relação a Guimarães, a Famalicão, e Viana do Castelo, que já fizeram esse trabalho. Vamos ver se vamos conseguir e neste momento eu creio que sim, até pelos esforços que temos feito e por isso temos recebido notícias muito positivas relativamente a Amarante. Em termos de escolaridade temos indicadores bem mais positivos que outros municípios. Temos também uma cidade com capacidade de atrair outros para virem morar para cá. Na área informática há duas empresas potenciais que poderão vir para cá e que empregarão quadros médios e superiores que neste momento se calhar não temos, mas que poderão vir de outros concelhos morar para cá. Há toda uma nova filosofia criada para inverter este ciclo, mas que seguramente demorará anos. Temos é de continuar com esta estratégia porque o nosso lema é este”.

Usou de seguida a palavra o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES** que no uso da palavra disse: “No Relatório, há uma viagem ao Brasil que é a primeira e única empresarial. Todas as outras viagens resultam de projetos internacionais nos quais o município está envolvido ou está em liderança como é o caso do iPLACE. O iPLACE foi o mais recente projeto que vimos aprovado dentro do Programa URBACT, que é um programa de criação de conhecimento em áreas específicas do desenvolvimento de cidades e do qual o município já participou em três de há quatro anos para cá. Dois já foram encerrados e temos um terceiro que é o BeePathNet. Por fim candidatamo-nos a poder liderar um projeto no qual nós definimos qual era a filosofia e o foco desse projeto. O foco é efetivamente tratar do desenvolvimento económico com vista a promover o empreendedorismo de base tecnológica cruzando com aqueles que são os setores tradicionais de Amarante. Somos o único município da zona norte a ser líder de uma rede desta natureza, com dez cidades europeias, mas já fomos vistos como um caso de boas práticas na fase preliminar do projeto ao ponto de há cerca de uma semana atrás termos o nosso técnico responsável pelo projeto a ir a Paris, à sede do programa

URBACT apresentá-lo a todas as redes europeias do programa URBACT, tendo sido vista como uma boa candidatura e uma boa prática. Nesta fase inicial já somos vistos como um exemplo a partilhar o que é algo que nos deve orgulhar. As outras viagens resultam de projetos comunitários e não oneram o orçamento municipal porque usa fundos comunitários.

Há indicadores económicos que são bastante preocupantes hoje em dia no município de Amarante, que não são de agora, mas de alguns anos a esta parte e nós temos de olhar para eles, estabelecendo novas políticas e sermos mais vanguardistas na abordagem do momento económico. Em termos de comércio internacional, desde 2015 até aos dias de hoje temos aumentado os valores, sendo que no mesmo período baixou em Felgueiras. É preciso dizer que estamos a falar na casa da centena para nós e para eles na casa das três centenas. A diferença é grande, mas até há bem pouco tempo eles tinham uma evolução positiva, mas desde há dois anos a esta parte já não tem tido. Nós temos tido uma evolução positiva. No entanto, o setor transformador apresenta dados preocupantes, que se traduzem ao nível da exportação, do volume de negócios, ao número de pessoas empregadas e por isso já estamos a desenvolver há alguns meses um estudo aprofundado da nossa indústria transformadora, mas também um plano de intervenção que está a envolver um número considerável de empresários locais que estão a ser entrevistados para que possamos fazer um diagnóstico profundo. Até ao dia de hoje não conheço nenhum outro município que tenha um estudo setorial para a indústria transformadora que permita não só fazer um diagnóstico como também permita fazer um plano de ação. Acredito que este estudo, aliado ao IPLACE e a uma rede de embaixadores que foi criada há um ano, que já reuniu três vezes, aliado a um código de investimento que já foi aprovado e está em vigor, fazem parte de um conjunto de medidas que podem ajudar a inverter alguns destes indicadores que neste momento são preocupantes”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “Agradeço os esclarecimentos do senhor Vereador. Não era perseguição nenhuma quando eu pedi um relatório mais sustentado, porque a ideia era precisamente ver lá os indicadores que referiu. Há também um indicador que é importantíssimo, que também acresce ao MIMO e ao Rali, que tem a ver com o tempo de espera dos projetos urbanísticos que entram na Câmara e também com os projetos de apoio à Linha Verde do investimento. O pior que se pode fazer a um empreendedor, é fazer com que ele espere muito tempo pela aprovação do que quer que seja. Daí eles fugirem para outros municípios muitos mais atrativos desse ponto de vista. É claro que também se acresce a isto a questão da derrama, que não devia ter sido criada.

Na última assembleia fiz uma pergunta e obtive respostas divergentes por parte do senhor Vereador e do senhor Presidente da Câmara, que vinha no sentido de saber quantos zonas ou quantos lotes destinados à indústria temos neste momento? Esses dados são muito importantes não só para a Assembleia, mas também para a Câmara para que ela possa desenhar uma estratégia bem delineada e bem assente naquilo que deve ser o progresso. É verdade que temos taxas de abandono escolar relativamente baixas, mas quando vamos ver, na média nacional que 50,4% dos trabalhadores tem menos que o 12º ano de escolaridade e vamos confrontar isso com alguns dados sobre Amarante, vemos que são 70%. Para isso, temos de tomar medidas concretas de rea-

bilitação e aí o Invest Amarante podia ser a “força de combate”, no território, criando planos de formação concretos para a indústria transformadora e outras, tal como aconteceu no ALTICE, onde foram feitos planos específicos de formação em francês para que as pessoas lá ficassem. Agora, era importante saber quantos lá se mantêm depois desses planos de formação. Tenho conhecimento de pessoas que foram despedidas à Americana – “amanhã não venhas”- mesmo tendo um contrato sem termo. Quando uma empresa faz isso, tem órgãos próprios nomeadamente a ACT. Quando uma empresa faz isso e ‘apoiada pelo município já tem mais filtros para trabalhar. Se continuar a ser assim, temos de tirar qualquer tipo de apoio a essas empresas”.

ANDRÉ MAGALHÃES – VEREADOR

O senhor Vereador usou de novo a palavra para dizer que: “quando falamos em Via Verde ao investimento, temos de fazer uma distinção. Começamos com um serviço de apoios, como por exemplo apoio à formação e contratação de recursos humanos. Foi isso que inicialmente designámos por Via Verde ao investimento. Com a publicação do novo código fiscal definimos novos procedimentos para garantir uma nova celeridade dos processos administrativos correspondentes a isto. Convém dizer que nem conseguimos avaliar a questão da celeridade porque o código foi publicado em diário da república há menos de um mês. Mas há dois ou três dados que posso dar a conhecer. Em todas as intenções de investimento que tivemos, mesmo vinda do estrangeiro, nunca foi questionada a questão da Derrama. Se fizermos o contraposto entre o que teriam de pagar de derrama com aquilo que é o benefício dado pelo código fiscal ao investimento verifica-se que é muito maior este benefício do que aquele que a derrama pode trazer, Na verdade, a derrama, tendo em conta que é sobre o lucro, os investidores só deverão pagar derrama depois de passada toda uma fase inicial. Podemos facultar toda a informação sobre os lotes disponíveis, embora tenhamos ainda uma dúvida sobre um deles por causa do tempo prolongado de execução do mesmo e que pode “deitar por terra” a atribuição do lote”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato para a discussão do ponto número dois da Ordem de Trabalhos, a que foi atribuída a grelha A da gestão de tempos para discussão, de acordo com o regimento em vigor da Assembleia Municipal.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2020

JOSÉ LUIS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente deu alguns esclarecimentos acerca do ponto em discussão, com o apoio de uma apresentação powerpoint e começou por dizer que: “Este orçamento tem alguns aspetos que convém realçar. Aquando da reunião de Câmara ainda não era conhecido o Orçamento Geral do Estado para 2020 e por isso há aqui algum grau de incerteza relativamente a algumas receitas que pecam por defeito. Hoje já posso aqui dizer que há aqui um milhão e meio de euros que fica a faltar na receita porque tudo que entra para o orçamento tem que ser feito pela média dos últimos três anos, com a regularização das transferências de estado para os municípios que começou o ano passado e vai vigorar este ano e até 2021, leva a que a média desse um valor inferior e mais o IVA no valor duzentos mil euros e por isso

estamos a falar em cerca de um milhão e meio de euros que não foi tido em conta quando elaboramos o orçamento e por isso também pecou por defeito.

Outra matéria sobre a qual este orçamento ainda não é claro é sobre as transferências de competências para a administração local e também não está aqui nem a receita nem a despesa e por isso, só a partir de janeiro é que esta matéria poderá ser trabalhada. Neste orçamento, que neste momento é seguramente um dos maiores orçamentos, quero lembrar que dezoito milhões que aqui vem escrito tem a ver com quadros comunitários, em curso e por isso é que tem de aqui estar, o que faz aumentar o orçamento da Câmara. Dos dezoitos milhões, doze milhões sensivelmente são do FEDER, e seis milhões são de empréstimos bancários. Por isso é que o orçamento está um pouco mais elevado, mas mesmo assim ainda peca por defeito, porque há algumas obras que estão candidatas e aprovadas como seja o PAMUS, o plano de mobilidade e ainda não está aqui incluída a receita, porque só no primeiro trimestre é que iremos ter condições de ver tudo aprovado. Este é um orçamento muito importante porque tem a ver com a materialização daquilo que eram os projetos de que já vimos a falar há muito tempo, sendo que alguns deles arrastaram-se por demasiado tempo o que leva a que agora tenhamos aqui uma corrida contra o tempo. São regras que eu não posso alterar porque fazem parte do processo. Há algo que convém dizer, até porque terá suscitado aqui alguma dúvida por parte dos senhores deputados. É que este orçamento foi elaborado segundo as regras do Pocal, sendo que ele vai ser executado em SNC-AP. Vão ver que há muitas verbas em financiamento não definido no valor de 50 euros, com dezenas de rubricas abertas e aí poderão colocar a questão – porque é que foi aberto tudo isto? Tem a ver com facto de que nós agora em janeiro temos que fazer a transposição do Pocal para o SNC-AP e temos de ter as rubricas todas abertas para que possamos depois fazer a gestão contabilística. É só por isso. Não foi porque desse jeito, nem para parecer que íamos tocar em todas as áreas. Os projetos que vamos materializar são do conhecimento público e como já disse, apenas tem a ver com a mudança do sistema contabilístico. Para termos uma noção de grandeza, quero dizer que estas percentagens estão expurgadas, daquilo que são os dezoitos milhões dos quadros comunitários e estamos a pegar só naquilo que é o exercício da atividade normal da Câmara que tem aqui um peso considerável de 35%, porque engloba as despesas com pessoal. Esta percentagem tem-se alterado, com o ajustamento salarial que tem vindo a ser feito nas carreiras profissionais e com a incorporação dos precários, que representa um valor de cerca de setecentos mil euros para este ano e trezentos mil euros para o ano que vem. No computo geral, estamos a falar de um crescimento de 22% que representa cerca de um milhão e meio de euros. De hoje para o futuro, em todos os próximos orçamentos iremos ter menos esse dinheiro que tínhamos no passado, fruto desse ajustamento salarial. Isto não é nenhuma crítica, mas sim uma constatação. Num exercício de quatro anos são menos quatro milhões e meio de euros, que poderiam ser usados em investimento. Teremos então de gerir as coisas de outra forma. Se temos rubricas que aumentam, vamos ter de arranjar alguma compensação se queremos continuar com algum exercício de investimento. Depois é o normal em termos de rubricas, sendo que só para a iluminação pública estamos a falar de um milhão e trezentos mil euros, que eu espero que diminua durante o ano, porque no primeiro trimestre irá começar a substituição de toda a rede de iluminação pública para um sistema mais eficiente. Estamos a falar de LED, em que se prevê uma otimização de 70%, sendo que, como decorre do concurso, a ERSE, que ganhou irá efetuar a

substituição e teremos um retorno direto dessa otimização de 40%, sendo que os restantes 60% são para amortizar o investimento.

O Plano Plurianual de Investimentos, com uma ordem de grandeza no valor de vinte e um milhões de euros para os investimentos que irão ser feitos, sendo que grande parte dos projetos são frutos de financiamentos comunitários, não estando aqui aquilo que será o exercício nas freguesias em que temos cerca de quatro milhões onde irá entrar o empréstimo que hoje certamente vamos aqui aprovar. Também não está aqui um milhão e quatrocentos mil euros que têm a ver com o plano de mobilidade. Num grosso modo, quando estiver incorporado aquilo que forem as despesas dos investimentos que iremos fazer no ano de 2020, estamos a falar de cerca de vinte e sete milhões de euros de investimento que é um esforço acrescido e que pela primeira vez será um grande esforço por parte do município. Claro que tudo isto também vai provocar alguns constrangimentos na gestão, mas que seja assim por muitos anos.

No programa Portugal 2020 temos algumas das áreas que estão em desenvolvimento, como seja o Bairro Cancela de Abreu e as escolas. Na área operacional do POSEUR, estamos a falar dos trilhos e obviamente também do Marão, que são importantes. No PARU, temos o Cine-teatro, o Solar dos Magalhães, obra que lançaremos a concurso, a partir da aprovação deste orçamento. A antiga Cadeia ainda consta porque há ainda verbas a pagar. No próximo dia 10 de janeiro, vamos fazer a apresentação da nova política de apresentação de Amarante que vai ser importante para todos nós.

O plano de mobilidade tem a candidatura aprovada e a partir de hoje vamos certamente ter condições de poder avançar com algumas das obras sendo que a mais complicada e difícil será a requalificação da Avenida Alexandre Herculano.

Temos também alguns apoios às nossas IPSS que são importantes.

Foi também aprovada a candidatura para as obras na Igreja de S. Gonçalo que em pareceria com a igreja serão iniciadas no próximo ano.

Com a aprovação deste orçamento, lançaremos também a obra do Pavilhão Desportivo. Na área da eficiência energética vamos fazer a remodelação da Piscina de Amarante e da de Vila Meã. É um sem número de obra emblemáticas e importantes para o município de Amarante, mesmo tendo em conta os dois últimos anos que foram complicados em termos de projetos que já gostaríamos de ter iniciado, mas fruto daquilo que são as contingências das diversas entidades envolvidas e que muitas vezes levam a que os processos vão para além daquilo que é o razoável. Não há nenhum autarca de norte a sul que não se queixe destes atrasos.

Quero também dar-lhes um pequeno apontamento dos investimentos que iremos fazer nas freguesias, a dividir por dois anos tendo em conta a gestão de que anteriormente lhes falei.

Grande parte dos acréscimos da receita tem a ver com fundos estruturais e com receitas dos empréstimos bancários que levam a que o ano 2020 seja um ano de muito investimento mas acredito que se conseguirmos fazer a totalidade, porque a isso somos obrigados, muita obra vai ser lançada, muita outra executada e muitas terminadas no concelho”.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, o senhor deputado disse: “A primeira crítica que o PS faz a este orçamento, é que este orçamento não foi construído na base do diálogo. Um orçamento que se quer bom e proveitoso para o território deve ser feito em diálogo com aqueles que estão no território. Em primeiro lugar os senhores Presidentes de Junta

porque também foram eleitos para a função de construir maior progresso e desenvolvimento e tiveram um programa eleitoral nos seus territórios, mas também com as diversas entidades. Eu gostava de ter visto neste powerpoint de apresentação, aquilo que foram os procedimentos, na base do diálogo que o levaram a construir este orçamento com os senhores Presidentes de Junta. Com toda a franqueza não quero acreditar que o procedimento que o senhor Presidente levou a cabo com todos os senhores Presidentes de Junta do concelho, tenha sido o mesmo que levou com a generalidade dos Presidentes de Junta do Partido Socialista, que foi comunicar via email as prioridades de investimento que iam estar no orçamento, prioridades essas e isto devia fazer corar de vergonha qualquer pessoa eu estivesse a fazer política no território, tinha os investimentos que os Presidentes de Junta identificaram há dois anos atrás. O senhor Presidente estava a fazer o orçamento assumindo que não executou nada nessas Juntas de Freguesia, que não teve para com eles qualquer palavra e veja bem o ridículo senhor Presidente; algumas das obras já estavam executadas pelas Juntas de Freguesia. Veja bem senhor Presidente o ridículo a que chegou a preparação deste orçamento. Perante isto, uma primeira pergunta muito simples: que tratamento teve com os senhores Presidentes de Junta do PSD e se receberam apenas um email, com os investimentos que iriam ter na suas freguesias e se por acaso iam ser os mesmos que já constavam em 2017.

Um segundo aspeto prende-se como valor do orçamento. Há muito que nesta casa e isto não é de agora, que sempre se falou em orçamentos empolados. A legislação foi mudando e impedindo esses empolamento, mas verificamos com muita surpresa que o orçamento da Câmara Municipal de Amarante é de 50,5 milhões de euros. Eu tive a curiosidade de verificar os montantes executados nos três últimos anos, em que as contas já estão fechadas por parte do executivo. Vou transmiti-los: no ano de 2018, a Câmara executou 36 milhões, no ano de 2017 a Câmara executou 38 milhões, no ano de 2016 executou 30,7 milhões. Agora o senhor Presidente apresenta um orçamento de 50 milhões de euros e já sabemos a que é que isso vai levar no final do ano. Mas deixem-me dar-lhes também um outro indicador. Tivemos hoje aqui um relatório de atividades relativo ao mês de novembro de 2019. Do orçamento inicial do senhor Presidente de Câmara, e a 1 de dezembro de 2019, a Câmara executou uma despesa de 30,2 milhões de euros. Eu tenho sérias dúvidas que o senhor Presidente de Câmara consiga chegar à média de execução dos três últimos anos, mas mesmo assim, no próximo ano está a quer convencer os amarantinos que irá executar o orçamento todo. Já sabemos que ao longo do ano teremos imensas revisões orçamentais. O orçamento de 2019 era de 40 milhões de euros. A 30 de novembro de 2019 executou 30 milhões.

O terceiro aspeto pelo qual este orçamento merece o repúdio do PS tem a ver com falta de investimento na rede viária do concelho. Sei que vamos aprovar um pedido de empréstimo para utilizar na recuperação da rede viária, mas mesmo assim, este é um orçamento de continuidade que não versa esta vertente. Vertente essa, que não é notada de imediato e julgo que o senhor Presidente de Câmara reconhecerá isso com relativa facilidade, porque o senhor sabe que quando venceu as eleições teve o privilégio de encontrar o município com uma rede viária muito melhor do que a média dos municípios à nossa volta. A falta de investimento na rede viária não se nota de um ano para o outro, mas há hoje no nosso território imensas vias que carecem de intervenção urgente e que a Câmara Municipal de Amarante, com este orçamento não consegue

fazer a requalificação da rede viária como ela precisa porque nos últimos anos houve um claro desinvestimento nessa área. O PS não considera normal que se continuem a deixar rubricas abertas de 50 euros, sendo que das 93 existentes, apenas 9 tinham a rubrica aberta com valor diferente dos 50 euros. Não basta dizer que em próximas revisões orçamentais essas rubricas vão ser reforçadas porque esse discurso já é conhecido e que resulta no não investimento nas juntas de freguesia como o PS tem vindo a alertar sucessivamente. Este é portanto um orçamento que falha nesse mesmo aspeto.

O quarto ponto que o PS destaca neste orçamento é a não inclusão da área empresarial de Aboadela, uma prioridade política, um eixo estruturante etc. O senhor Presidente da Câmara tem de assumir que não consegue executar uma das áreas que acha ser estruturante para Amarante. Este é o sétimo orçamento e mais uma vez fica para 2020 aberta uma rubrica de 50 euros, que não garante qualquer perspetiva imediata de podermos ter um valor para sua execução.

O quinto aspeto que o PS destaca tem a ver com a incapacidade da autarquia não conseguir realizar investimento sem constantemente recorrer aos empréstimos bancários. Poderá o senhor Presidente dizer que as taxas de juro são baixas e apelativas, mas lembro que a Câmara está a pedir empréstimos para vinte anos e não para dois, com períodos de carência para dois anos e talvez assim, possa não ser o senhor Presidente a pagar nenhum dos empréstimos que tem pedido. Gostava de dizer que muitos dos empréstimos que o senhor Presidente está a pedir tem uma taxa de juro variável, mas será que daqui a dez anos as taxas serão tão baixas quanto o são hoje? É importante que o município continue a ter capacidade para poder contrair empréstimos, mas que sejam para uma ou outra eventualidade que possa surgir no futuro e não esgotá-las com os empréstimos de médio e longo prazo, a vinte anos tendo em conta o que esta autarquia tem feito. Não há neste momento nenhum investimento feito em Amarante que não tenha como fonte de financiamento o recurso a empréstimo bancário e isso parece-nos perigoso a médio e longo prazo. Aliás, na informação que o senhor Presidente recentemente prestou aos senhores Vereadores pode ler-se que o volume de empréstimos utilizados, aprovados e à espera do visto do tribunal de contas, mais os que vamos aprovar hoje, a autarquia tem um total de empréstimos de 38 milhões de euros autorizados. Desses, apenas estão a ser utilizados cerca de 15 milhões. Nesses 15 milhões a Câmara paga já de encargos anuais cerca de 1,5 milhões de euros. Agora, imaginem quando estiverem autorizados a totalidade dos empréstimos que é mais do dobro do que agora falo, mais o aumento das taxas de juro no futuro. Imaginem, daqui a dez anos a nossa responsabilidade enquanto membros desta Assembleia não ter no tempo devido alertado para esta despesa fixa. Da minha parte fico tranquilo porque ficará registado em ata em meu nome e do partido socialista a nossa preocupação sobre este tema.

O último aspeto que nos preocupa neste orçamento é o facto de não contemplar um conjunto de investimentos que consideramos prioritários e que o senhor Presidente de Câmara também considerou serem prioritários desde há sete anos para cá e que mais uma vez não foram contemplados. Mais uma vez a Dra. Amélia estará certamente indignada com essa falsa comunicação porque há sete que é enganada relativamente a muitos destes investimentos. Foi enganada a Dra. Amélia e muitos Amarantinos sobre o Parque Florestal, sobre o Pavilhão Multiusos, sobre as novas piscinas, sobre o Pavilhão de Vila Meã etc. Não vou considerar que isso foi uma publicidade enganosa

porque nós, no Partido Socialista, sempre alertamos que isso era impossível de se fazer”.

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse: “No que se refere ao orçamento e aos investimentos nas freguesias, o senhor Presidente da Câmara, sempre disse nesta Assembleia que os investimentos nas freguesias sempre seriam no segundo biénio do mandato pelo que este orçamento mais não é do que essa confirmação no sentido da operacionalização.

No que se refere à comunicação com as Juntas de Freguesia e de uma forma genérica, a comunicação não pode ser feita unilateralmente, mas sim bilateral. Se as Juntas de Freguesia alteram os seus investimentos, o que é legítimo em função das circunstâncias, também tem a obrigação de o comunicar, sendo que isso seria o razoável. Deixe-me dizer-lhe senhor deputado, até porque isto me toca pessoalmente, o planeamento com as Juntas de Freguesia foi feito em 2017, no início do mandato e foi sendo modificado e adaptado conforme as solicitações dos senhores Presidentes de Junta”.

ANTONIO JORGE V. RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAIZ

No uso da palavra disse: “estou na dúvida se hei-de ler a intervenção que trazia preparada, ou se atendendo à explicação que aqui foi dada pelo senhor Presidente da Câmara que de uma forma clara nos elucidou acerca dos números do orçamento. Atendendo às questões que foram levantadas pelo senhor deputado Hugo Carvalho, no que diz respeito por exemplo à falta de diálogo e às quais eu se calhar lhe vou responder com as palavras de um senhor Presidente de Câmara do Partido Socialista, que à mesma crítica da oposição respondeu que o diálogo com os senhores Presidentes de Junta é feito durante todo o ano. Esta resposta foi simples e dada pelo senhor Presidente da Câmara de Lousada. Quanto à questão do valor do orçamento e do acréscimo de 18 milhões de euros, acho que o senhor Presidente de Câmara foi bem claro a explicar tal valor. Não o desmentiu, não o quis esconder e assumiu claramente que havia aqui um aumento significativo no valor do orçamento e explicou de onde vem essas receitas para esse aumento.

Relativamente à rede viária temos no orçamento umas verbas alocadas e de valor significativo para a reparação dessa mesma rede viária. Também lhe quero dizer nos primeiros quatro anos da governação AfirmarAmarante, muita dessa rede viária que este executivo encontrou já foi reparada. Isto pode ser justificado por alguns dos Presidentes de Junta aqui presentes. É verdade que as necessidades ainda são muitas, é verdade que há muitas intervenções a efetuar, mas também por isso elas estão plasmadas no orçamento para serem executadas.

Pelo facto dos investimentos não serem aqueles que o PS teria definido, pergunto se por acaso os Amarantinos não fizeram escolhas, quando votaram o programa da coligação AfirmarAmarante e não o do PS.

Quanto à incapacidade de receitas próprias, é verdade que todos temos de ter a consciência que devemos ter algum cuidado para que elas se mantenham, mas também digo que estes investimentos serão sempre feitos respeitando o equilíbrio orçamental e financeiro.

Há a preocupação de fixar novas empresas, potenciar o comércio local e a promoção sustentável dos territórios rurais. No que diz respeito ao turismo, a aposta recai sobre a realização de eventos e manifestações de índole cultural como MIMO e dinamização de equipamentos culturais como o Museu e Biblioteca.

Quanto à coesão social e habitação, o destaque vai para a regeneração dos bairros sociais, bem como o apoio às IPSS.

Quanto à educação temos como grandes prioridades a requalificação de algum parque escolar como seja a intervenção na escola de Figueiró, Mancelos e na EB2/3 de Amarante.

A revitalização dos espaços verdes e a melhoria do espaço público é também outra das rubricas deste orçamento que destaco.

Temos o início do Parque Linear.

Estão previstos investimentos na renovação e modernização de viaturas e equipamentos para aumentar a melhoria e a qualidade do serviço prestado.

Na mobilidade e acessibilidade o executivo propõe-se dar continuidade à melhoria das condições dos centros urbanos, avançando com as obras do Cine-teatro e do Solar dos Magalhães.

Na rede viária continuar com repavimentações e colocação de sinalização em todo o concelho. Temos ainda requalificação da Avenida Alexandre Herculano.

No que concerne à rubrica juventude e desporto, temos a construção do Pavilhão Desportivo na Escola Amadeo Souza Cardoso.

Por tudo isto podemos afirmar que se continuará a concretizar as opções estratégicas definidas para o mandato num quadro que se quer de rigor de transparência e prudência, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos Amarantinos e promover o reforço da competitividade e coesão territorial.

Concluo, com as palavras do senhor Presidente da Câmara – “continuamos a valorizar as instituições do concelho nos vários domínios de atuação com o objetivo de promover a coesão social e territorial em articulação com as Juntas de Freguesias e instituições sociais, desportivas, culturais e recreativas”.

FERNANDO JOSÉ MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse: “tive a oportunidade como os demais de analisar este documento e alguns dos comentários e críticas feitas pelo maior partido da oposição na Câmara. Uma das críticas que é feita é o dizerem que este é um orçamento de continuidade. Se é um orçamento de continuidade ele merecia menos críticas. É de continuidade na ambição. Na minha opinião é um orçamento de continuidade no assumir de responsabilidades que são em regra para fazer obras que seriam da responsabilidade da administração pública central, sendo que este é um problema com que os municípios estão hoje confrontados. Admito até que com esta transferência de competências, se vá tornar no futuro uma maior realidade, ou seja, muitos dos problemas com que o município é confrontado diariamente, são da responsabilidade do poder central, seja ele de que partido for, mas como os munícipes não tem conhecimento disso, batem à porta da Câmara e querem ver o seu problema resolvido. Este é um problema concreto que há-de mais cedo ou mais tarde levar a alterações profundas no âmbito das competências do município. Basta lembrar por exemplo os gastos que o município teve com a construção do Quartel da GNR, que era todo ele uma responsabilidade do poder central. Este orçamento é isso mesmo. Quando o município tem a preocupação de encon-

trar uma resposta que vá de uma forma capaz satisfazer as necessidades dos pais, dos estudantes e dos professores em construir um pavilhão, que devia ser uma preocupação do governo central, tem a Câmara de trazer para o orçamento uma obra, com custos significativos, que não devia ser da sua competência. O que é importante é avaliar em que medida vamos um dia todos influenciar o Poder Central para fazer as obras que são da sua competência e não usar aqui da artimanha sabendo que os munícipes reclamam todos os dias na Câmara e a influência que isso pode ter na política local. Este orçamento é de facto de continuidade porque também dá resposta à ausência das competências do governo central. Eu não quero pensar que o nosso Executivo também copiou esta estratégia de anunciar várias vezes a mesma obra. Uma outra crítica prende-se com a disponibilidade de capitais próprios para satisfazer a nossa responsabilidade nas grandes obras públicas. Recordam-se da lei que legalizou os vínculos precários uma responsabilidade do governo central, mas que foi transferida a responsabilidade para os municípios que tem de a orçamentar e que se reflete no orçamento e que não tem qualquer contrapartida. Esta é minha preocupação, porque há aqui custos significativos que temos vindo a registar com trabalhos especializados que espero que estejam obrigatoriamente calendarizados e associados aos grandes investimentos de obras públicas que vão ser feitas. Estes custos não podem ser mantidos para o futuro. Isto estará certamente nas preocupações do Executivo e acredito que no curto prazo não constará mais nos orçamentos. Agora, não constará até quando? Até 2024, em 2025 em 2023? Eu até admito que no próximo ainda esteja porque as obras ainda estão em execução.

Quero deixar uma última nota para dizer que este orçamento é um dos maiores dos últimos anos, aliás só comparado ao orçamento do município em 2011. O orçamento de 2011 foi de 50,972 milhões de euros. É muito dinheiro. Mas é importante realçar que o executado nesse ano foi de 30, 402.858 milhões de euros. Se fizermos as contas isto dá cerca de 60% do que estava orçamentado, ou seja um desvio entre o que estava orçamentado e o que estava executado 20,568.714 milhões de euros. É muito dinheiro. Eu não discordo destes valores, porque a ambição tem que fazer parte da ambição política. Se o político não ambicionar, nunca realiza. E a ambição do Dr. Armindo Abreu que não foi possível concretizar e que agora estamos de alguma forma pôr em prática é que tem provocado algum endividamento e alguns deficits aos orçamentos que temos vindo a aprovar nos últimos anos. Em relação a isso estamos equiparados. A dúvida não é em relação ao orçamento. A dúvida é quando daqui por um ano nós cá estivermos a avaliar se o orçamento que agora nos é proposto vai ter mais ou menos desvio do que aquele que nos foi apresentado em 2011. Aí, estaremos cá para dizer que o senhor tinha razão hoje ou que falhou e tem de assumir as repercussões desse erro, quando em março ou abril de 2021 cá estivermos para avaliar o orçamento.

Não devemos penalizar a ambição e o que importa neste momento é que cada um de nós deixe claro se é a favor ou contra esta ou aquela rubrica. Se é a favor ou contra esta ou aquela obra que está prevista em orçamento e se encontraremos outra forma de as realizar sem recurso a fundos comunitários, aos projetos ou a empréstimos bancários para podermos executar aquilo que é proposto. Deixo contudo o alerta de que tudo tem os seus limites e o Executivo deve ter a consciência que manter este ritmo de obras e de investimento pode de alguma forma em momento de alteração de taxas de juros, pode trazer estrangulamentos ao orçamento. Devemos recorrer aos

empréstimos em tempo de juros baixos, mas fazer todo o esforço para os liquidar logo que os juros fiquem mais altos e para isso temos de estar preparados para quando esse tempo chegar”.

JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente usou de novo a palavra para dizer que: as regras de elaboração dos orçamentos mudaram e portanto se era verdade que se empolavam os orçamentos através de uma rubrica que tinha a ver com a venda de terrenos que em 2011 tinha um verba de cerca de 11 milhões de euros, quando todos nós sabíamos aqui nesta sala que isso nunca iria ser executado. Agora, é diferente porque eu não posso empolar e por isso é que eu disse na minha intervenção anterior que este orçamento peca por defeito porque há verbas que eu não incluí, mas que vou ter de incluir agora, como seja o valor de 1,5 milhões de euros porque neste momento já se conhece o Orçamento Geral do Estado. Também disse, que não estavam incluídas verbas de alguns quadros comunitários, que mesmo sabendo que iriam ser aprovados, não os podia incluir neste orçamento. Este orçamento é real, não é empolado. Também disse que dos 18 milhões de euros que referi, 6 milhões são provenientes de empréstimo e 13 milhões são de dívida de médio e longo prazo. As regras do orçamento não me permitem ir para os trinta e tal milhões que aqui foram falados. Claro que quando se olha para um documento com ligeireza como fez o senhor deputado Hugo Carvalho, em que olha para uma coluna e vê de 1993, 1994, 1998, 2001, 2002 e por aí diante, vê todos os empréstimos que foram pedidos e vem falar num valor de trinta e tal milhões. Vejam bem que o limite de endividamento que a Câmara poderá ter no máximo são 35 milhões mas, para que fiquem a saber, por ano só podemos pedir 20% do total disponível. Isto quer dizer que no ano de 2020 são cerca de 5 milhões de euros. Depois poderá haver aquilo que não releva para o limite de endividamento mas que no limite andar à volta dos dois milhões. É impossível chegar a estes valores. Desculpo-o porque viu isto com ligeireza durante a viagem de Lisboa até a Amarante. Esteve certamente preocupado com o Orçamento Geral do Estado, mas deixe-me dizer-lhe que aqui as contas batem certo.

Relativamente àquilo que é a execução tomara eu que todos os projetos que atrás mencionei que foram alvo de candidaturas e alguns já estão aprovados há dois anos, já tivessem sido inaugurados. Isso não ter acontecido está a prejudicar-nos a todos, porque se já estivessem executados eu podia neste momento estar a fazer outras candidaturas. Não o faço porque não posso. Poderão perguntar-me porque é que ainda não executei. Não executei, porque tudo isto tem a ver a maioria das vezes com a carga burocrática deste país e com a inoperância de muitas entidades intermédias que mandam neste país. Temos por exemplo o parque multifunções que para nós é estruturante que esteve dois anos na APA para ser aprovado, por causa do viaduto que vai ligar as Bucas ao terreno recentemente adquirido. Consegui a aprovação mas depois veio a CCDRN que em análise chumbou o projeto. É a primeira vez que isto acontece e é por isso que hoje vamos declarar interesse público municipal para poder avançar com o projeto que eu queria ter concluído. Isto é um desespero. Depois, ainda por cima, há pessoas que vêm aqui criticar o Presidente dando a ideia que ele não quer fazer as obras. Eu quero fazer. Aqui não há empolamento. Se eu não executar em 2020, vou ter de continuar em 2021. É assim que as coisas funcionam. O dinheiro existe. Tudo o que lá está já está garantido. O que não está garantido, vai ser aprovado

hoje para de seguida ser enviado para o Tribunal de Contas e só depois disso é que vamos ver se podemos continuar a executar. A realidade orçamental é esta. Dos mandatos todos pós 25 de abril, esta será a maior execução de sempre da Câmara Municipal de Amarante e com as contas estáveis. Isto não é nenhum fenómeno. Agora há uma coisa que eu quero que é o melhor para a minha terra. Há pouco criticavam com a área industrial, pois então vou falar da área industrial. Eu estou à vontade porque desde 1997 que eu peço que se faça. Eu estou a fazer, e muito do que eu estou a fazer, é para deixar legado. Para isso tenho de identificar terrenos, fazer estudos de impacto ambiental que é aquilo que vou ter de fazer agora para Aboadela e que me vai atrasar mais meio ano para depois poder passar à fase seguinte. Tudo isto tem regras. Para o vendedor me vender o terreno eu tenho de ter regras para o comprar e escolhi a margem esquerda porque entendo que tem de haver uma mudança de atitude por parte da Câmara Municipal, de modo que aquela área do território volte a ter gente. Tenho mais terrenos para comprar na área central e em Vila Meã, sendo que a próxima compra será em Vila Meã, onde sei que vou ser criticado porque, à boa maneira de Vila Meã é o que tem feito politicamente. Vou fazer porque Vila Meã estrategicamente é fundamental para o desenvolvimento do concelho e fixar pessoas. Por isso, Senhor Deputado, já se criaram equipas técnicas de apoio aos empresários que se queiram cá fixar. Fizemos um código fiscal de apoio ao investimento por forma a tornar Amarante mais atrativa para poder ser consequente com aquilo que são os nossos objetivos. Claro que há estudos e isso vai demorar tempo. O foco nunca o perdi nem vou perder. Compraram-se os terrenos do "Matias". Foi uma "guerra" fazer a escritura. Foram três anos, mas antes de mim estiveram quinze anos. No futuro, o multusos irá lá ficar. Vamos ter de fazer o projeto e financiá-lo em overbooking de modo que em 2021 o possa candidatar, não só este, mas muitos outros que já estou a desenvolver para o futuro. Não paro, nem vou parar por causa de críticas. Vou cumprir a estratégia que nós definimos. Agradeço o facto de terem falado num orçamento de continuidade, porque o é. Apresentamo-nos a eleições com um projeto e estamos a ser consequentes. A crítica, posso aceitá-la não com a velocidade que eu queria, mas acreditem que não é porque eu não esteja empenhado. É fruto das circunstâncias que o país apresenta em que tudo demora uma eternidade, mesmo estando os projetos já financiados.

O processo do Parque florestal está neste momento em condições de passar para o domínio municipal sendo que todo este atraso no processo não tem sido culpa da Câmara. É um bom orçamento o maior de sempre, real com as receitas fundamentadas porque a lei a isso obriga, que peca por defeito porque eu sei que vai aumentar. Quanto às freguesias, vocês sabem que eu tenho interlocutores que vão falando convosco e se um não chega eu ponho dois ou três e se o problema for a pessoa eu arranjo outra. Não há nenhum Presidente de Junta que me ligue que eu não atenda ou que peça para falar comigo, que eu não esteja disponível. Há um mapeamento e é por ele que nós nos guiamos. Se eventualmente alguém já fez a obra sem esperar pelo orçamento, eu agradeço. Se me perguntarem se quando aqui cheguei estava tudo feito, quero dizer-lhe que estava tudo por fazer. Havia alguma requalificação que se ia fazendo, mas deixem-me lembrar que os eixos estruturantes foram feitos por nós. Aqui ninguém esconde nada a ninguém e muitos menos aos senhores Presidentes de Junta. Este é um orçamento que olha para o futuro de Amarante. É um orçamento que vai promover o desenvolvimento de Amarante e que irá consolidar aquilo que é o nosso projeto para Amarante".

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse: “O senhor Presidente, já devia saber que eu não leio os documentos apenas nas viagens de comboio. Faça-o algumas vezes. Felizmente que os comboios foram modernizados. Felizmente o Secretário de Estado Sérgio Monteiro, que queria vender a CP foi embora sem cumprir o seu desígnio e hoje o investimento público que foi feito, permite ter internet nos comboios, boas condições e até é um bom local para trabalhar.

Voltando ao assunto que me trouxe de novo a esta tribuna, quero dizer-lhe que ouvi com atenção as suas explicações e algumas delas não satisfazem aquilo que eram as nossas expectativas. Nós não podemos ter as freguesias como parentes pobres do investimento. Quando chega ao final do orçamento, para a revisão orçamental ficam os investimentos das Juntas de Freguesia. Não tem de ser necessariamente assim. Pode ficar para a revisão orçamental outro tipo de investimentos, nomeadamente o festival MIMO, ou outra qualquer opção que o senhor Presidente possa fazer. O senhor Presidente priorizou sempre que os investimentos que ficam para uma eventual revisão orçamental, são as Juntas de Freguesia. Tem corrido mal e pelos visto não haverá vontade em mudar isso.

Relativamente aos empréstimos estamos bem claros daquilo que o senhor Presidente pode fazer. É precisamente por haver uma regra do Governo que o impede de contratar mais do que 20% do limite de endividamento que tem, é que hoje, na última Assembleia do ano está a pedir o máximo que pode que são os 4,4 milhões de euros. Se assim não fosse, o senhor estaria aqui hoje a pedir 10 milhões. Essa é a diferença. Todos os anos o senhor Presidente esgota o limite de endividamento para esse ano. Quanto a isso, estamos esclarecidos. Há contudo uma coisa muito boa que é a memória e se havia críticas que o Dr. Armindo Abreu fazia, justificar agora que ele fez para defender o senhor Presidente de Câmara é um duplo erro, por não ter conseguido na altura fazer diferente e é um erro por agora entender que partilhar essa posição pode parecer correto. É um duplo erro considerar que as Juntas não eram ouvidas. Por isso, faço minhas as suas palavras de 2011, em que o senhor Presidente de Câmara se queixava que *“em democracia deve ser exercida com o máximo de respeito para com os eleitores, condição que para nós é essencial e que neste caso não se verificou ao contrário dos anos anteriores”*. E o senhor Presidente da Câmara proferiu estas declarações a respeito de dizer que não houve diálogo com os *“eleitos locais do PSD, com os Vereadores, com o partido, com os Presidentes de Junta, o que não permitiu melhorar o orçamento à semelhança dos anos anteriores”*. Não podemos hoje dizer o mesmo, porque este orçamento não foi construído com base no diálogo, não foi construído ouvindo contributos. Não havia melhor forma de terminar esta minha intervenção, lembrando as suas sábias palavras de 2011 onde se queixava daquilo que agora está a fazer em dobro”.

CARLOS CARVALHO – PSD

Usou da palavra para dizer que: “o que me traz aqui são algumas afirmações que vou ouvindo na discussão e que de uma vez por todas gostava de esclarecer. Muitas vezes quando estamos a falar e quando se discute um documento que é o orçamento é verdade que o Partido Socialista critica a falta de opções, mas não vejo nunca Partido Socialista dizer o que é que deixava de fazer para fazerem outras coisas que dizem

fazer falta. Eu ouvi, nesta última intervenção do deputado Hugo Carvalho referir várias coisas, mas nunca o ouvi dizer que não faria o festival MIMO. Mas eu gostava de realmente ver se o PS quer realmente assumir que não faria o festival MIMO. Da mesma forma que quando falamos de orçamento grande importa realçar que temos duas grandes apostas que a meu ver são muito importantes quer para a parte cultural, quer para o nosso património, que são o Solar dos Magalhães e o Cine-Teatro que tem um impacto grande e devem merecer referência. É preciso que o PS se assuma; não basta criticar. É preciso dizer o que é que faziam diferente. Para isso digam o que é que deixavam de fazer para fazer outras coisas. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que Amarante tem um conjunto de infraestruturas grande e é completamente despropositado criticar uma forma de gestão do município que começou no mandato anterior a realizar um conjunto de obras nas freguesias, próximo das pessoas em que muitas delas foram repavimentações e quando falo em repavimentações, muitas delas foram para consertar vias que tinham sido construídas há bem pouco tempo. A rede viária é grande e nem sempre foi executada com a melhor qualidade. Vá-se lá saber porquê, mas se calhar pela forma como eram executadas as obras ou então por quem geria a execução dessas obras. Sempre ouvi dizer no início deste mandato e nisso o senhor Presidente da Câmara foi claro, foi que nos dois primeiros anos teriam uma opção diferente em relação às Juntas de Freguesia e assumido nesta Assembleia inúmeras vezes. E não é verdade que o Presidente da Câmara não liga nenhuma, porque ele está a cumprir, porque passados dois anos está a apresentar um orçamento onde se propõe executar aquilo que as freguesias definiram como prioridade. Aquilo que as freguesias definiram como prioridade no início dos seus mandatos é importante que se concretize. Eu, não vejo aqui aquilo que não está a ser cumprido, da mesma forma que não vejo onde é que não há o diálogo. Eu acho é que há muito ziguezague político à volta disto. Cada um de nós tem de ter consciência daquilo que representa numa Assembleia Municipal. Há os membros da Assembleia Municipal que são eleitos para isso, há os senhores Presidentes de Juntas ou os seus representantes, e é preciso perceber que se está a cumprir não vale a pena continuarmos a fazer ziguezague político ou atitar areia para os olhos das pessoas que não se está a dar atenção às Juntas de Freguesia quando na realidade se está a cumprir aquilo que se anunciou. Já chega dessa política. É preciso concretizar e não basta dizer que é mau, que é exagerado. Digam o que é que deixavam de fazer e o que é fariam de diferente. Apresentem outras coisas e mostrem as vossas alternativas”.

ANTONIO JORGE V. RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAIZ

Usou de novo da palavra para dizer que o Presidente de Câmara que referiu na sua intervenção, mas do qual não referiu o nome, quero agora dizer que é o Dr. Pedro Machado. Quando foi dito aqui que os Presidentes de Junta eram os parentes pobres da autarquia, penso que tal não se devia aplicar, porque depois de um histórico de seis anos, já tivemos os resultados de uma avaliação intermédia que foi há dois anos e penso que iremos ter o outro resultado daqui a dois anos.

JOSÉ LUIS GASPARGO – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente da Câmara usou de novo a palavra para dizer que “os números que o senhor deputado Hugo referiu em relação ao endividamento não são de todo verdade, porque o endividamento só conta a partir da sua utilização e se virem,

este ano há cerca de 3 milhões de euros de folga, o que quer dizer que eu não consegui chegar aos 5 milhões a que tinha direito. À medida que utilizo o empréstimo é que ele vai contando para o limite. Os 4 milhões são para começar a despoletar todo o processo para o Tribunal de Contas para ver se consigo começar as obras a partir de abril. Para as obras grandes teremos seguramente um tempo de espera de meio ano. São estas as regras.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:19, absenções:0, votos a favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – FIXAÇÃO DE TAXA DO IMPOSTO RELATIVO A 2019

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO - PS

No uso da palavra disse que a bancada do PS iria votar a favor este ponto, porque o PS sempre defendeu que fossem aplicados os valores mínimos. Na reunião de Câmara os Vereadores do PS apresentaram uma contraproposta, uma proposta complemento que não inviabilizava esta, mas que apenas referia o IMI familiar, que continuamos a reivindicar até porque um território competitivo em termos de impostos fixa as pessoas e pode até incentivar a taxa de natalidade. O executivo não a aceitou, mas mesmo assim votamos a favor porque pelo menos respeita uma daquelas que foi sempre uma das nossas reivindicações.

CARLOS ALBERTO MIRANDA – PSD

Relativamente a este ponto, o senhor deputado disse: “Venho aqui destacar uma medida adotada pelo Município de Amarante, que permitiu que os munícipes de Amarante residentes nas freguesias de “baixa densidade” poupassem este ano cerca de 30% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o que equivale a cerca de 120 mil euros.

A este respeito, cumpre salientar que esta redução decorre do facto de a Câmara Municipal ter incluído várias freguesias no Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT).

São abrangidas as freguesias de Ansiães, Candemil, Gouveia (S. Simão), Jazente, Rebordelo, Salvador do Monte, Vila Chã do Marão, União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei e União das freguesias de Olo e Canadelo, correspondendo a 7398 prédios urbanos.

Neste contexto, a medida vai ser replicada em 2020, prevendo-se que corresponda ao mesmo nível de poupança para os contribuintes com imóveis localizados nestas freguesias.

Considero que a redução da carga fiscal é um imperativo nacional, pois permite libertar recursos para a iniciativa privada.

Que ninguém tenha dúvidas que são as empresas que criam riqueza, é a iniciativa privada que tem de ser o motor da economia e, só assim, podemos garantir que os amarantinos têm emprego e que os nossos jovens aqui podem constituir família.

Compete à Câmara Municipal apoiar os investidores que queiram criar riqueza e emprego em Amarante.

Neste sentido, este benefício fiscal cria incentivos para a população se fixar nos territórios de baixa densidade e pode ajudar no combate à desertificação.

Senhoras e senhores deputados, temos de pensar primeiro em Amarante e, só depois no nosso partido e na nossa circunstância pessoal. E, por isso mesmo, independentemente das discordâncias políticas que existem nesta casa da democracia, penso que todos deveríamos concordar que esta proposta é um passo no bom sentido.

E, como tal, o nosso voto só pode ser favorável à proposta aqui apresentada”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação sendo sido apurada a votação por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

Relativamente a este ponto disse que: para ser breve quero dizer que parte deste ponto de discutiu logo no período de antes da ordem do dia. O PS fez uma proposta concreta na Câmara Municipal de devolução em sede de IRS de 1% sendo que podia ir até 5%. Basta vermos as várias assembleias que vão ocorrendo na região para percebermos que quase todos os municípios estão até a ir mais além que é aquilo que se pretende que é aquilo de certa forma pretende o PS. Aliás acho até um pouco contraditório quando o PSD afirma que é a maior carga fiscal de sempre que o governo do PS tem, mas quando efetivamente queremos devolver alguma coisa chumbam a proposta. Estamos a falar de um montante de 123.000 euros. É um valor diminuto, que não compromete em nada os milhões que o senhor Presidente vai afirmando, mas ao mesmo tempo era um sinal que se dava às populações. Estamos a falar de dar alguma dignidade às pessoas. Estamos a falar de imposto que é pago por pessoas que tem um rendimento anual líquido de cerca de nove mil euros. Nesta sala provavelmente ninguém consegue viver com essa quantia. É claro que foram aumentando os rendimentos e é claro que a base de rendimento tributável das pessoas cada vez vai sendo maior. Os vencimentos vão crescendo e naturalmente há mais pessoas a pagar impostos. Por todas estas razões o sentido de voto do PS é o voto contra porque também já foi dito no orçamento continuam a criar-se taxas, foi a criação da derrama, é não dar o IMI familiar e é o continuar a não devolver o IRS às famílias, e o sufoco é demais. O PS votará contra.

ANTÓNIO JORGE V. RICARDO – PRESIDNETE DA JUNTA DE VILA CAIZ

No uso da palavra disse que numa situação ideal seria ótimo aliviar a carga fiscal a todos os Amarantinos, mas não se pode ter tudo. O próprio governo não é exem-

plo, porque vamos viver em 2020 com a maior carga fiscal de sempre, no valor dos 35%. É preferível ter benfeitorias do que ter mais ou menos alguns euros de benefício fiscal.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:17, abstenções:0, votos a favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

Relativamente a este ponto ninguém se inscreveu para usar da palavra e por isso o senhor Presidente da Assembleia pôs o ponto à votação que foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO – ANULAÇÃO

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos apenas usou d palavra o senhor deputado **CANDIDO ZOIO**, para dizer que o PS se iria abster.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:18, votos a favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA COMPONENTE NACIONAL NAS EMPREITADAS DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS EB1 DE FIGUEIRÓ E MANCELOS E REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA EB 2,3 DE AMARANTE

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:18, votos a favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 8 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA PROPOSTA DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES – CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – AUTORIZAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAÇÃO; ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL; APROVAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO; SUBMISSÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO A PARECER PRÉVIO VINCULATIVO POR PARTE DO REGULADOR SETORIAL (AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES); NOMEAÇÃO DO JÚRI; DELEGAÇÃO NO JÚRI DO PROCEDIMENTO A COMPETÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS; DELEGAÇÃO DA

COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DOS ATOS RELACIONADOS COM A TRAMITAÇÃO DA PLATAFORMA ACINGOV.PT NA DCPA

Relativamente a este ponto, não houve qualquer discussão, uma vez que apenas se tratava da tomada de conhecimento do assunto em causa. Por isso o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato para a discussão do ponto seguinte.

Nesta altura o senhor deputado **CANDIDO ZOIO**, apresentou uma proposta no sentido de se poderem discutir e votar em simultâneo os pontos números 9, 10 e 11, sendo que o PS os votará favoravelmente. Sendo assim, o senhor Presidente pôs à votação os três pontos em simultâneo.

PONTO Nº 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO VIADUTO DE LIGAÇÃO ENTRE O PARQUE DE ESTACIONAMENTO DAS BUCAS E O ESPAÇO MULTIFUNCIONAL DO ROSSIO – RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 10 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE APÓLICES DE SEGURO – AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO; ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL; APROVAÇÃO DAS MINUTAS DO ANÚNCIO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS; NOMEAÇÃO DO JÚRI; DELEGAÇÃO NO JÚRI DO PROCEDIMENTO A COMPETÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS; DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DOS ATOS RELACIONADOS COM A TRAMITAÇÃO DA PLATAFORMA ACINGOV.PT NA DCPA

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 11 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O ANO CIVIL DE 2020 – ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA CIM-TS; APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO; APROVAÇÃO DAS ENTIDADES A CONSULTAR; NOMEAÇÃO DO JÚRI; DELEGAÇÃO NO JÚRI DO PROCEDIMENTO A COMPETÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS; DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DOS ATOS RELACIONADOS COM A TRAMITAÇÃO DA PLATAFORMA ACINGOV.PT NA DCPA

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 12 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DA EB 2,3 AMADEO DE SOUZA-CARDOSO – ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2019; AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR MAIS DE UM ANO ECONÓMICO; ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA

Inscreeveu-se para usar da palavra o senhor deputado **CANDIDO ZOIO**, do **PS** que disse que este pavilhão já devia estar construído há bastante tempo. Aliás este pavilhão já tem o projeto aprovado desde o tempo do executivo liderado pelo **PS**. Nesta altura, o **PS** gostava de ver mesmo concretizada esta obra que é fundamental para a população escolar, embora o **PS** se vá abster nesta matéria.

Como mais ninguém se inscreveu para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:18, votos a favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 13 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO

Relativamente a este ponto ninguém se inscreveu para usar da palavra e por isso o senhor Presidente da Assembleia pôs o ponto à votação que foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

O senhor deputado **CANDIDO ZOIO**, pediu a palavra, para propor que os pontos números 14 e 15, da ordem de trabalhos, fossem votados em simultâneo, dado tratarem o mesmo assunto. O **PS** votará favoravelmente as duas propostas

PONTO Nº 14 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 NORTE – 03 – 1406 – FEDER – 000116 – MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL – AMARANTE

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 15 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 NORTE–04–2316–FEDER–000322 – REABILITAÇÃO DO SOLAR DE MAGALHÃES

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

O senhor deputado **CANDIDO ZOIO**, pediu a palavra e propôs que os pontos números 16, 17 e 18, da ordem de trabalhos, mesmo não tendo nada a ver uns com os outros, fossem discutidos e votados em simultâneo. O **PS** votará favoravelmente as

três propostas. Propôs o mesmo para os pontos 19, o 20 e o 21 que tem a ver com as três áreas de reabilitação.

PONTO Nº 16 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE AMARANTE

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 17 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS E AS JUNTAS DE FREGUESIA

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 18 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 19 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA ATRAVÉS DE PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A ARU DE AMARANTE NORTE

Relativamente aos pontos números 19, 20 e 21 usou da palavra o senhor deputado **JOSÉ JOAQUIM MAGALHAES TEIXEIRA do PS** que disse o seguinte: "O Município de Amarante iniciou um processo de reabilitação urbana no seu território há cinco anos com o desenvolvimento de ARU em quatro zonas do concelho. Hoje somos chamados nesta Assembleia Municipal a debater as propostas de reabilitação urbana e o seu programa estratégico das ARU de Vila Meã, Vila Caiz e Amarante Norte. Entende o PS Amarante que a reabilitação urbana é muito mais que limitar uma área ou simplesmente a aproveitar os benefícios fiscais que a elas estão subjacentes. Este tipo de processos não nasce só da exclusividade de aproveitar os fundos comunitários, embora seja importante ter condições de financiamento asseguradas para garantir o desenvolvimento dos mesmos. As ARU nascem acima de tudo, porque nas cidades surgiram problemas e necessidades de reabilitação nos núcleos urbanos e históricos, assegurando desta forma a reabilitação de edifícios e património que se encontrem degradados ou com funcionamentos inadequados, estancando-se assim o esvaziamento populacional. Entende ainda o PS Amarante que este processo pode dar uma resposta positiva aos edifícios em situação devoluta, ou até em perigo de derrocada, e que apresentem necessidades de reabilitação urgentes, podendo simultaneamente valorizar e promover o património cultural não edificado existente nestas três zonas de intervenção.

Face ao aparecimento de novos fenómenos e desafios em torno das zonas urbanas é fundamental ter em linha de conta outras cambiantes, para que o processo não se arraste na linha do tempo, levando em consideração os seguintes aspetos: O diferente dinamismo social, económico e cultural e o grau de segurança pública dos espaços intervencionados; Fazer ao longo do desenvolvimento do processo a modernização devida das zonas que são mais procuradas e onde é mais difícil encontrar casas para viver a fim de promover o equilíbrio necessário com os espaços vazios sem capacidade para atrair pessoas; Avaliar, ainda, se nos três espaços intervencionados existe pressão turística sobre o mercado de arrendamento e nomeadamente o alojamento local.

O PS Amarante votará favoravelmente estes três pontos, na linha de pensamento que acabei de referir e, acima de tudo, porque se trata de uma opção política legítima da coligação AfirmarAmarante que governa os destinos de Amarante. Não obstante, gostaríamos de alertar para o facto de que este processo pode promover de certa forma casos de injustiça territorial pela via dos benefícios fiscais devido ao facto de ser uma área muito alargada no que toca à lógica inerente às ARU e ainda que no futuro terá associado um outro problema com a diminuição considerável de receita para a Câmara Municipal, podendo provocar um “desconforto” nas finanças municipais.

Refira-se que a totalidade da área delimitada no conjunto das quatro ARU perfaz um total de 313 hectares e pode assim dificultar o regresso das pessoas ao centro histórico de Amarante que devia ser o objetivo central e primeiro do processo de reabilitação urbana do nosso concelho”.

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 20 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA ATRAVÉS DE PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A ARU DE VILA MEÃ

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 21 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA ATRAVÉS DE PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA A ARU DE VILA CAIZ

O ponto foi aprovado por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, também por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 22 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DO SOLAR DE MAGALHÃES – AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR MAIS DE UM ANO ECONÓMICO; AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO; AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO; APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO; NOMEAÇÃO DO JÚRI; DELEGAÇÃO NO JÚRI DO PROCEDIMENTO A COMPETÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS; DELEGAÇÃO DA

COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DOS ATOS RELACIONADOS COM A TRAMITAÇÃO DA PLATAFORMA ACINGOV.PT NA DCPA

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:0, votos a favor:49**, logo a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 23 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, AO ABRIGO DO Art.º 51.º, N.º 1, DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra disse que o PS vai abster-se na votação desta proposta, não obstante haver alguns investimentos prioritários e urgentes para o concelho, mas pelos fundamentos que fomos apresentando ao longo desta assembleia, sabemos que há muitos deles que podiam ser executados sem estar a recorrer a empréstimos bancários, no entanto reconhecemos que algumas das obras aqui presentes são urgentes e por isso esperamos que sejam executadas o mais rapidamente possível.

CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra, relativamente a este ponto disse: “neste ponto em concreto importa referir e salientar que o PSD vota a favor. Vota a favor da execução destas obras nas freguesias porque é um compromisso assumido executar obras nas freguesias. Estamos a votar o meio que vai possibilitar que elas se executem, naquilo que é a estratégia e a gestão financeira do município. Não podemos apenas e só dizer que uma abstenção é suficiente. Nós achamos mesmo que quando queremos que as coisas se concretizem votamos a favor e é isso que o PSD vai fazer”.

Como mais ninguém se inscreveu para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:17, votos a favor:30**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 24 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE À TRIAVE – CENTRO DE CONFLITOS DE CONSUMO DO AVE, TÂMEGA E SOUSA

Antes de se dar início à discussão e votação do ponto, usou de imediato da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que desejou um bom natal a todos os presentes e respetivas famílias e que 2020 seja um ano de grande execução orçamental e de muito sucesso para Amarante porque precisamos disso e todos nós devemos fazer parte desse sucesso.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado **Cândido Zoio**, que em nome do PS desejou a todos um bom natal a todos com os desejos de que não se endividem muito, evitando o consumismo, gozando as festas em família.

Em nome da bancada do PSD e de todos os seus elementos, a senhora deputada **Amélia Oliveira**, desejou a todos um feliz natal e um próspero ano novo e que todos sejam felizes.

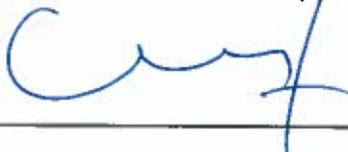
Usou de seguida a palavra o senhor deputado **Moura e Silva**, que a exemplo dos oradores anteriores desejou a todos que a quadra decorra da melhor maneira e acima de tudo com saúde e que o próximo ano traga a todos muitas realizações pessoais.

Terminou este período o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** que no uso da palavra disse que agradecia a todos os senhores deputados e Presidentes de Junta o facto de termos passado um ano em que as Assembleias municipais não foram encrespadas, correram de uma forma ordeira e na maioria das situações nunca houve conflitos ou zangas. Desejou a todos um bom natal, um natal muito feliz e que o ano 2020 nos encha de venturas e acima de tudo de amizade e respeito uns pelos outros porque é assim que se deve viver nesta terra.

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: Aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram dezanove horas e trinta horas do dia 18 de dezembro. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada será assinado pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO

